



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL

**MECANISMOS ADOPTADOS PELAS TRABALHADORAS DE SEXO NA CIDADE DE
MAPUTO FACE AO INADIMPLEMENTO ECONÓMICO PERPETRADO PELOS
CLIENTES: ESTUDO DE CASO DO BAIRRO DE MAGOANINE “B” (2021 – 2024)**

Autora: Keith Yves Cumbe

Supervisor: PhD, Hinervo Marqueza

MAPUTO, NOVEMBRO / 2025

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL

Mecanismos Adoptados Pelas Trabalhadoras de Sexo na Cidade de Maputo Face ao Inadimplemento Económico Perpetrado Pelos Clientes: *Estudo de Caso de Bairro de Magoanine “B” (2021-2024)*

Trabalho de Fim de Curso

Monografia Apresentada em Cumprimento
Parcial dos requisitos Exigidos para a Obtenção
do Grau de Licenciatura em Serviço Social na
Universidade Eduardo Mondlane

Autora: Keith Yves Cumbe

Supervisor: Prof, Doutor Hinervo Marqueza

MAPUTO, NOVEMBRO/2025

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
Licenciatura em Serviço Social

Autora: Keith Yves Cumbe

Mecanismo Adoptados Pelas Trabalhadoras de Sexo na Cidade de Maputo Face ao Inadimplemento Económico Perpetrado Pelos Clientes: *Estudo de Caso de Bairro de Magoanine “B” (2021-2024)*

Mesa do Júri

Presidente

Oponente

Supervisor

(Prof. Doutor Hinervo Marqueza)

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Keith Cumbe**, declaro por minha honra que o trabalho do fim de curso que se segue é da minha autoria e nunca foi apresentado, parcial ou integralmente, para obtenção de qualquer grau académico, ou para outro fim desconhecido e que o mesmo é produto de investigação pessoal, estando indicada toda bibliografia utilizada para sua elaboração.

Maputo, Novembro/2025

(Keith Yves Cumbe)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho monográfico ao meu pai, Isac Augusto pela educação, apoio, conselhos e amor. De igual maneira à minha mãe, Maria Jotamo Macucule por ser uma grande mulher de punho e coragem, pelos ensinamentos, cuidados e amor.

AGRADECIMENTOS

É com grande apreço que agradeço ao meu supervisor PhD Hinervo Marqueza pela orientação, críticas, apoio constante, e por me colocar em comunicação com os professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Dra. Yolanda Guerra, Dr. Carlos Montano e Dra. Mably Trindade para efeitos de co-supervisão e troca de experiência. Khanimambo, professores, que continuem sendo seres de luz que encorajam os estudantes a serem melhores a cada segundo.

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela glória de me proporcionar este momento. De seguida, registo aqui o meu reconhecimento aos meus pais Isac Augusto e Maria Jotamo Macucule por todo o amor dado, pelo apoio material, financeiro e psicológico, muito obrigada papás amo-vos, que a glória e graça de Deus cubra-vos de bênçãos e protecção, sempre.

Agradeço também as minhas irmãs, Dirly Cumbe pelo apoio moral e companhia desde os meus primeiros minutos de vida até então, a Keilla Cumbe por me ter tornado mana, Shellay Cumbe, Hilca Cumbe e Raiany Cumbe por me terem tornado mãe mesmo sem antes ter ido a maternidade. Manas, ndza khensa swinene.

De igual modo, agradeço aos meus tios: Alfredo Taimo, Vitorino Augusto, Julião Augusto, Lino Licote, Alfredo Macucule, Carla Chongola, Arsénia Macucule, Márcia Macucule e Dádiva Macucule pelos conselhos e conhecimentos transmitidos, ajuda e apoio imensurável; Muito obrigada.

Aos meus avôs Jotamo Macucule, Lúcia Macucule e Henriqueta Chicalo, pelo colo, mimos e diversão. Aos primos e amigos Faira, Edisio, Edson, Didieur, Hoodson, Edson Massango, Flério, Anderson, Daisy, Lairik, Alvita, Samilvia, Ângelo, Ricardo, Nilma, Isabel, obrigada por tudo.

De modo geral, agradeço ao corpo docente do curso de Licenciatura em Serviço Social pela ciência, ensinamentos, factos e curiosidades transmitidas ao longo dos 4 anos do curso. E por fim, agradeço a todos os meus colegas do curso de Licenciatura em Serviço Social-2021, em especial Jéssica Cumbane, Jéssica Macoho, Anita, Júlio, Razaque, Valéria, Felisberto, Fernando, Merónia, Francisco, Graça, Mélvia, Samaria, Rabeca, Ernesto, Francisco.

Os agradecimentos estendem-se a todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram não só na vida académica como também em outras vertentes da minha vida, NDZA KHENSA.

EPÍGRAFE

“Não é apenas a pobreza absoluta mas, principalmente, a existência de profundas desigualdades sociais que podem gerar um campo propício para a violência” (Zaluar e Abranches 1994).

LISTA DE ABREVIATURAS

AMODEFA	Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família
CIP	Centro de Integridade Pública
COM	Comissão das Comunidades Europeias
CRM	Constituição da República de Moçambique
DST's	Doenças Sexualmente Transmissíveis
IPAJ	Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica
ITS	Infecções Sexualmente Transmissíveis
ONU	Organização das Nações Unidas
PRM	Polícia da República de Moçambique
SDGCAS	Serviço Distrital de Género Criança e Acção Social
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS
VBG	Violência Baseada em Género

RESUMO

Este trabalho monográfico buscou compreender os mecanismos adoptados pelas trabalhadoras de sexo na Cidade de Maputo face ao inadimplemento económico perpetrado pelos clientes: *estudo de caso do bairro de Magoanine “B” (2021 – 2024)*, objectivando interpretar os mecanismos utilizados pelas profissionais para lidar com situações de não pagamento, bem como reflectir os impactos sociais e económicos decorrentes dessa prática. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, recorrendo à entrevistas semi-estruturadas e observação simples, e à revisão bibliográfica sobre economia informal, direitos humanos e relações de género com destaque à teoria da dominação masculina em Bourdieu (2002), que se centraliza na violação simbólica e no androcentrismo do homem. Os resultados revelam que, diante do inadimplemento as trabalhadoras recorrem a mecanismos tais como o sistema de pagamento pré-pago, a preferência por clientes fixos, embora nem sempre seja possível, à solidariedade entre as trabalhadoras e à selecção de clientes.

Palavras-chave: Prostituição, Trabalhadora de Sexo, Inadimplemento Económico, Cliente e Exclusão Social

ABSTRACT

This monographic work seeks to understand the mechanisms adopted by sex workers in Maputo City in response to economic default by clients: a case study of the Magoanine “B” neighborhood (2021 – 2014), whose primary specific objective was to interpret the mechanisms and/or strategies used by professionals to deal with situations of non-payment, as well as to assess the social and economic impacts resulting from this practice. The research followed a qualitative approach, using semi-structured interviews and simple observation, as well as a literature review of the informal economy, human rights and gender relations, with an emphasis on Bourdieu`s (2002) theory of male domination. Which focuses on symbolic violation and male androcêntrica. The results reveal that in the face o nonpayment, the workers resort to mechanisms such as the prepaid payment system, a preference for regular clients although this is not always possible, solidarity among the workers and the selection of clients.

Keywords: Prostitution, Sex Worker, Economic Default, Client and Social Exclusion.

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
EPÍGRAFE	iv
LISTA DE ABREVIATURAS	v
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	11
1.1. Enquadramento Teórico	11
1.1.1 Limitação da teoria	13
1.2. Enquadramento Conceptual.....	13
1.2.1 Prostituição	13
1.2.2 Trabalhadora de sexo	14
1.2.3 Inadimplemento económico.....	15
1.2.4 Cliente	16
1.2.5 Exclusão social	16
CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO SOCIAL	18
2.1. Apresentação do projecto a estrutura do bairro de Magoanine “B”	18
2.2. Desenvolvimento de práticas socioeducativas	18
2.3. Organização e cooperação entre as trabalhadoras	19
CAPÍTULO III – METODOLOGIA	20
3.1 Natureza da pesquisa.....	20

3.2	Tipo de pesquisa	21
3.3	Método de pesquisa.....	22
3.4	População e amostra.....	23
3.5	Instrumentos de recolha de dados	23
3.6	Análise e tratamento dos dados	24
3.7	Validade e fiabilidade dos resultados.....	25
3.8	Aspectos éticos da pesquisa.....	25
3.9	Constrangimentos da pesquisa.....	26
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DO CAMPO ...		27
4.1.	Perfil sócio-demográfico	27
4.2	Descrição do Local e do Trabalho de Sexo no Bairro de Magoanine “B”.....	30
4.3	Inadimplemento Económico no Bairro de Magoanine “B”	34
4.4	Mecanismos adoptados pelas trabalhadoras de sexo face ao inadimplemento económico perpetrado pelos clientes.....	37
4.4.1	Pagamento Pré-pago	37
4.4.2	Cientes fixos	38
4.4.3	Solidariedade entre as trabalhadoras.....	39
4.4.4	Seleção de clientes	41
4.5.	Implementação do Plano de Intervenção	42
4.6.	Papel do Assistente Social na Protecção dos Direitos das Trabalhadoras de Sexo	44
4.7.	Propostas para a redução da vulnerabilidade das trabalhadoras de sexo	48
CONCLUSÃO		51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		53
APÊNDICES		59
ANEXOS		64

INTRODUÇÃO

O trabalho sexual é uma actividade marcada por vulnerabilidades, dentre elas a violência física, moral e psicológica, sexual, económica ou inadimplemento económico, a rotulagem caracterizada pelo estigma, estereótipos e a discriminação no seu todo. Esta pesquisa problematiza uma destas vulnerabilidades (inadimplemento económico), que muitas vezes ocorre nas relações entre clientes e trabalhadoras. Em Moçambique, essa realidade é agravada por factores como estigma social, exclusão legal e precarização económica.

A prestação de serviços de natureza sexual é vista de forma geral como um trabalho proibido/ilícito, pois seria contrário aos bons costumes e sendo assim não faria jus a regulamentação e muito menos a leis que garantissem direitos (Corrêa, 2020).

Segundo Arboit *et al.* (2014) as profissionais de sexo como toda e qualquer mulher, independente de sua condição social são vítimas de violência. A diferença está no facto de que para as trabalhadoras de sexo, isso acaba se tornando natural, pois a sociedade insere-as em um contexto excludente e de marginalização.

A mulher prostituta e a mulher não prostituta são diferenciadas pela sociedade, para a primeira, lhe é atribuída a função de realizar fantasias e de ser paga para ter satisfação sexual, e para a segunda, atribuem-na a função de mulher para construir uma família. Na sociedade de hoje, o preconceito impede que indivíduos percebam que ambas podem fazer a mesma coisa, porém de formas diferentes (Coelho, 2009 *apud* Bussolo & Barbosa, S/d).

No que diz respeito a prostituição, a discriminação faz com que o aproveitamento e o abuso nas condições de emprego sejam ainda mais exacerbados (Westphal & Barbosa, 2012). Os comportamentos sexuais de risco estão altamente associados a compra de sexo (Abal & Schroeder, 2017). Nesta perspectiva, o poder de compra aumenta as chances da quebra do contrato já pré-estabelecido.

De ponto de vista social, a prostituição é vista como produto de diferentes factores, igualmente sociais na qual, duas ou mais pessoas firmam um contrato. Na óptica de Larrouse (2004), o contrato pode ser entendido como um acordo entre compromissos ou obrigações, em que se asseguram entre si alguns direitos.

Logicamente, “os contratos foram feitos para serem cumpridos”, destaca Lima (2013), assim sendo, o não cumprimento dos mesmos dá espaço à ocorrência de um novo fenómeno social. Considerando que esta pesquisa centra-se a discutir sobre o *inadimplemento económico sofrido pelas trabalhadoras de sexo por parte dos clientes*, assumir-se-ia que a quebra de contrato pré-estabelecido no contexto da prostituição resultaria numa violência económica.

O inadimplemento nos serviços prestados por trabalhadoras de sexo é uma questão delicada, especialmente em contextos onde o trabalho sexual não é plenamente regulamentado. Em Moçambique, por exemplo, embora o trabalho sexual não seja explicitamente criminalizado, também não é formalmente reconhecido como uma profissão, o que dificulta a protecção legal em caso de não pagamento pelos serviços prestados.

A sociedade tal como o Estado desconsidera a vulnerabilidade social em que a profissional de sexo está inserida, bem como o abuso sofrido no exercício da sua actividade. Nesta senda, é nítido que, o abuso perpetrado pelo cliente de não pagar a profissional de sexo o valor combinado depois de prestado o serviço é um “nada” jurídico (Guimarães, s/d).

A prostituição não é vista com bons olhos pelas sociedades devido ao seu carácter dotado de promiscuidade, principalmente pelas sociedades africanas, por estas serem intrinsecamente regidas e regulamentadas dentro de uma cultura e ou tradição. As práticas, hábitos e costumes devem estar dentro de um padrão moral e socialmente aceite, logo, a prostituição é uma prática nociva aos bons costumes e não é digna de atenção que vise a melhoria na sua actuação.

Com isto, é perceptível que a invisibilização das questões sociais advindas da prostituição não devem tomar a atenção social tampouco estatal, pois existem “problemas prioritários” que carecem de intervenção por estes serem considerados moralmente mais “legítimos e dignos”.

Em face à esta realidade, pode-se afirmar que, o inadimplemento económico, assim como as demais questões que derivam da prostituição sobretudo em países africanos são vistas como resultado de um desvio social – problema moral e merecedoras do silêncio institucional/legal.

Falar da prostituição, é falar de um fenómeno social que apresenta as suas tipologias, a prostituição de rua e a prostituição de luxo. A trabalhadora de sexo de rua é aquela que desempenha sua actividade visando sua subsistência, é vítima de possíveis agressões, está mais

vulnerável à doenças sexualmente transmissíveis (DST's), trabalha nas ruas e não faz preferência na hora de escolher os seus clientes (De Araújo, Bandeira & Silva, 2015).

Em detrimento desta, a trabalhadora de sexo de luxo; a que desempenha sua actividade por vontade própria, ou seja, não é motivada por necessidades económicas ou de subsistência. Trata-se de uma tipologia de prostituição que visa atender suas necessidades mercadológicas, frequentando locais luxuosos e estreitando relações com pessoas bem sucedidas economicamente. São menos vulneráveis à agressões físicas, possuem maior liberdade na escolha de parceiros sexuais (De Araújo, Bandeira & Silva, 2015).

Esta pesquisa teve como grupo alvo as trabalhadoras de sexo de rua, por enfrentarem uma série de desafios que vão muito além da actividade em si, tais como: ausência de um lugar seguro para trabalhar, por serem as mais propensas a violações, rotulagens e discriminações, rompimento das relações familiares, dificuldade em acessar os serviços públicos (de saúde principalmente), entre outras.

Vale também ressaltar que este grupo-alvo encontra-se na prostituição por “iniciativa própria”, ou seja, não existe por detrás delas um cafetão ou qualquer outro tipo de explorador responsável por ela, pois, a existência deste colocaria obviamente em causa o pagamento pelos serviços prestados às trabalhadoras de sexo, uma vez que, a negociação geralmente é feita com o cafetão/explorador.

O teor da pesquisa versa sobre dos *Mecanismos adoptados pelas trabalhadoras de sexo na Cidade de Maputo face ao inadimplemento económico perpetrado pelos clientes: estudo de caso de Bairro de Magoanine “B” (2021-2024)*. É um estudo que busca abordar sobre a violência económica que impacta directamente na vida das trabalhadoras do sexo, conjugando os factores que a condicionam e as estratégias de sobrevivência dentro de contextos africanos em que a prostituição é estigmatizada.

- **Problema**

A exclusão, subalternização, inferiorização e a marginalização social de mulheres no trabalho são fenómenos historicamente conhecidos, embora invisibilizados. Lize (2008) *apud* Schotten (s/d), salienta que na Grécia antiga, não havia ofertas de emprego para mulheres. Tempos depois, em todo mundo, nos meados do século XIX, com o advento dos movimentos feministas, notou-se uma inserção das mulheres no sector de trabalho, contudo, havia uma remuneração salarial desigual devido a Violência Baseada em Género (VBG), como forma de desencorajar na participação e continuação do trabalho.

A valorização e remuneração dos respectivos trabalhos eram deficientes, conforme sustentam Souza (2005) e Fonseca (2000) *apud* Schotten (s/d), para as mulheres só restavam as tarefas de casa: trabalhos domésticos, a educação dos filhos e a maternidade, uma vez que estes trabalhos eram desempenhados sem nenhuma remuneração.

Desde sempre a imagem da mulher é associada a cuidados do lar e da família, cujas actividades lhes são socialmente imputadas de carácter “obrigatório” (Come, s/d). Neste diapasão, Oakley (1974) citado por Come (s/d), destaca que as actividades levadas a cabo pelas mulheres no seu dia-a-dia “são monótonas e repetitivas e, em troca, recebem pouco reconhecimento e nenhuma remuneração”.

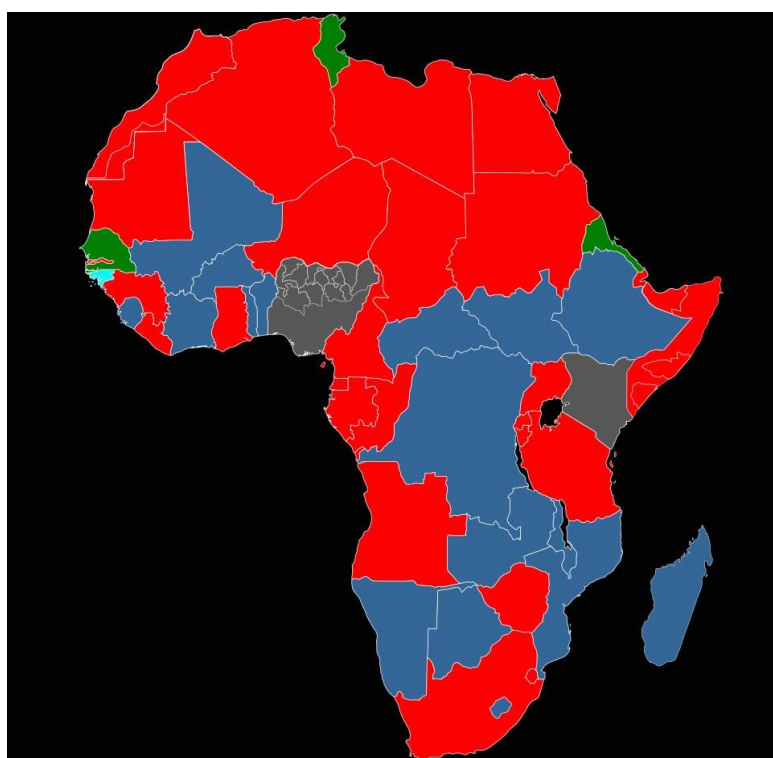
A remuneração na prostituição constitui o principal motivo pelo qual a mulher coloca o seu corpo à disposição como fonte essencial de renda, uma estratégia de sobrevivência e autonomia financeira. Na perspectiva feminista, a não remuneração pelos serviços sexuais prestados pode ser vista como uma forma de violência estrutural contra a trabalhadora do sexo, reforçando uma cultura que normaliza a vulnerabilidade desta classe e ao acesso ao corpo feminino sem consentimento real ou compensação justa.

Em África, a aceitação da prostituição como fonte de renda não é reflexo de valores tradicionais. Aqui tende-se a rejeitar a prostituição como uma prática moralmente aceite (trazendo justificações “plausíveis” que sustentem a intolerância), pois a sexualidade é uma questão socialmente regulamentada, ademais, o sexo fora do casamento é considerado inaceitável. Estas e demais razões contribuem para a coisificação e qualquerização das trabalhadoras do sexo e da sua profissão.

Em países como África do Sul e Angola, a prostituição é tida como um comportamento desviante. Em 2022, na África do Sul, um projecto-lei foi apresentado pelo então Ministro da Justiça Ronald Lamola, como uma forma de acabar com a prostituição, alegando que “esta prática é uma das formas mais brutais de violência masculina e discriminação contra mulheres”. Preconizando a não oferta de segurança, acesso à saúde entre outros às mulheres na prostituição o projecto-lei transparece que a prostituição não passa de uma estratégia de afirmação da dominação masculina¹.

No mesmo ano, em Angola, Dércio da Silva (2022), em sua pesquisa, destaca que para além de afrontar os valores morais e culturais, “a prostituição tem estado ainda muito ligada ao consumo e tráfico de estupefacientes entre outras drogas e ao consumo exagerado de bebidas alcoólicas”.

A imagem ilustra a realidade face à (in)tolerância de cada um dos países africanos:



Descriminalização – sem penalidades criminais para a prostituição.

Legalização – prostituição legal e regulamentada.

Abolicionismo – prostituição é legal, mas actividades organizadas como bordéis e cafetões são ilegais.

Neo-abolicionismo – ilegal comprar sexo e para envolvimento de terceiros, legal vender sexo.

Proibicionismo – prostituição ilegal.

Legalidade variada conforme leis locais.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Prostitui%C3%A7%C3%A3o_na_%C3%81frica. Acessado em 06 de Julho de 2023 às 10h44.

¹ Disponível em: <https://catwinternational.org/wp-content/uploads/2022/12/South-Africa-Statement-PORTUGUESE.pdf>. Acessado em 06 de Julho de 2023 às 10h00.

Neste apanágio, o inadimplemento funciona como uma sanção informal, punindo quem ousa transgredir as normas morais. Por isso que, para Alves e Martelli (2011), a prostituição feminina é vista na mulher que representa comportamento desviante, em função de não usar sua sexualidade apenas para a reprodução ou satisfação pessoal no reforço da intimidade da casa.

No mesmo âmbito Birman (1997, p. 111), explica que “a prostituição seria a materialização da inexistência de qualquer decência da mulher, a indecência feita carne indicando, pois, a decadência feminina por excelência, à medida que a maternidade estaria ausente de seu horizonte existencial”.

Em sua tese, Muianga (2009), destaca que, em Moçambique, concretamente em Maputo, antiga Lourenço Marques, os primeiros registos oficiais sobre a prostituição remontam ao período colonial, movida pela descoberta de minas de ouro na *Rand*, diamantes de Kimberley e a construção da linha-férrea Transval, Pilgrins Rest, o que desencadeou uma série de migrações geográficas, religiosas e sociais de homens que vinham em busca de fortuna para melhorar a sua situação económica.

O mesmo autor referencia que Sírios, Libaneses, Italianos, Gregos, Judeus, entre outros, tinham momentos de laser nos bares da Baixa da Cidade onde, para além de bebidas, mediante uma negociação de amor carnal as mulheres brancas serviam de distração. Estas prostituíam-se em troca de bens ou valores monetários.

Em Moçambique, no que diz respeito ao inadimplemento económico, a Hands Off (2016), no seu relatório, destaca que os clientes são principais perpetradores do inadimplemento económico contra as trabalhadoras de sexo, eles se recusam a pagar depois de fazer o sexo, que pagam menos do que o preço acordado ou que exigem serviços extras sem intenção de pagar.

O princípio da prostituição é a venda do próprio corpo para auferir algum dinheiro ou bem material logo, a falta do pagamento pelos serviços sexuais prestados pode causar danos morais que segundo o Centro de Integridade Pública (CIP, 2023), estes ocorrem quando o trabalhador não consegue suprir as suas necessidades básicas, quando este não reúne condições para prover alimentos entre outros bens e serviços a si e a sua família.

O não pagamento de serviços prestados pelas trabalhadoras de sexo opõe-se ao princípio fundamental da dignidade humana, um dos pilares do Estado Democrático de Direito. Conforme Sarlet (2013, p.20), “a dignidade deve ser compreendida como qualidade integrante e, em princípio, irrenunciável da própria condição humana, pode (e deve) ser reconhecida, respeitada, promovida e protegida, não podendo, contudo, ser criada, concedida ou retirada (embora possa ser violada), já que existe – ou é reconhecida como tal – em cada ser humano como que lhe é inerente”.

Na mesma senda, o artigo 35 da Constituição da República de Moçambique (CRM, 2018), estabelece o princípio da igualdade e universalidade entre os cidadãos, realçando que “todos os cidadãos têm os mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política”.

De igual modo, embora a prostituição em Moçambique não seja classificada nem desclassificada como profissão, a lei do trabalho nº 13/2023 de 25 de Agosto no seu artigo 6, prevê que “todos os cidadãos têm direito ao trabalho livremente escolhido, com igualdade de oportunidades, sem discriminação de qualquer natureza, tendo por princípios básicos a capacidade e a aptidão profissional do indivíduo na escolha da profissão ou tipo de trabalho”.

No entanto, a falta de regulamentação legal desta prática coloca esses princípios e direitos em causa, num contexto em que a ausência da fundamentação legislativa de quem deseja dispor do seu próprio corpo para utilizá-lo como meio de sobrevivência torna-se uma limitação para o exercício desta profissão. Como reflexo Guimarães (s/d), salienta que a norma constitucional tem a força suficiente para sobrepor-se a qualquer resquício de imoralidade que se possa atribuir a prostituição e ainda impõe o tratamento digno a trabalhadora profissional do sexo.

Na prostituição, o não pagamento pelos serviços prestados significa um desprezo total para as trabalhadoras de sexo, pois as actividades realizadas não são sequer consideradas como profissionais (Russo, 2007 *apud* Elias et al, 2018). Guimarães (s/d) acrescenta que a recusa ao pagamento pelos serviços prestados, é condenado visto que, o homem não honrou com a sua parte do acordo. Neste âmbito o consentimento da trabalhadora de sexo é invalidado e o acto torna-se retroactivamente sexo não consensual, sendo classificado como violência sexual.

As constantes ausências ou oscilações de pagamento por parte dos clientes contribuem para a ocorrência da pobreza nos seus diferentes níveis, facto que segundo o CIP (2023), esta instabilidade financeira pode por um lado levar ao aumento da criminalidade e, por outro criar prejuízos e danos psicossociais, desenvolvendo níveis de estresse e ansiedade.

No mesmo relatório, o CIP (2023) destaca que este cenário tem impacto directo no endividamento das famílias porque estão mais susceptíveis a contrair empréstimos para satisfazer as suas necessidades, colocando as trabalhadoras na situação de risco e incumprimento elevado, aumentando as taxas de juros e multas dos seus empréstimos e despesas adicionais, como é o caso dos serviços de fornecimento de água e impostos. Ademais, no caso de o cliente recusar-se a cumprir a sua parte do acordo, torna-se impossível a devolução física da energia despendida pela prestadora do serviço.

A invisibilidade e negligência social deste fenómeno contribui para a manutenção desta realidade, o que constitui motivo de exploração, violência e subalternização das trabalhadoras de sexo. Dito isto, Abdala (2003) *apud* Brito (s/d), recomenda que a sociedade não pode ficar de olhos fechados, fingindo que esta realidade não existe. Mediante a problemática acima exposta, a pesquisa levanta a seguinte pergunta de partida: *Que mecanismos são adoptados pelas trabalhadoras de sexo para fazer face ao inadimplemento económico perpetrado pelos clientes?*

- ***Hipóteses***

H0: Há situações em que para fazer face ao inadimplemento económico perpetrado pelos clientes, as trabalhadoras de sexo não exigem o pagamento antes do acto, tampouco a prática de relações com clientes fixos.

H1: Há situações em que para fazer face ao inadimplemento económico perpetrado pelos clientes, as trabalhadoras de sexo exigem o pagamento antes do acto, e a prática de relações com clientes fixos.

- *Justificativa*

A motivação para a escolha deste tema deriva da experiência que a pesquisadora obteve no seu último estágio nos Serviços Distritais de Género Criança e Acção Social – Kampfumo (SDGCAS - Kampfumo), onde ela teve contacto com o fenómeno (prostituição) no âmbito de conjunto de actividades que visavam a sua mitigação.

A experiência vivida no estágio despertou a atenção da pesquisadora providenciando o interesse em abordar sobre o este fenómeno, constatado que as pessoas que vivem dentro desta realidade social, elas vêem os seus direitos sendo violados e ou subjugados. Mais ainda, surgiu da necessidade de mostrar e sensibilizar a sociedade no seu todo a importância da manutenção e salvaguarda dos direitos das trabalhadoras de sexo, visto que estas têm direitos assim como qualquer outra mulher.

De modo integral pesquisa procura a compreender o inadimplemento económico vivido pelas trabalhadoras de sexo, assim como aponta a urgência da protecção social do grupo alvo por parte do Estado e da sociedade no geral. Inclusive, visa desenvolver acções para a minimização desta questão social.

E, finalmente, a pesquisa é de extrema relevância na actuação do Serviço Social, por trazer contribuições não só para as políticas públicas e sociais mas também nas intervenções sociais comprometidas com a compreensão e entendimento mais ampla, como mecanismo de prevenção e combate na ocorrência desta exclusão e desigualdades sociais.

Convém ressaltar que, embora a questão da prostituição seja um tema que actualmente vem ganhando destaque a nível nacional e internacional, a problemática abordada nesta pesquisa é relativamente nova e muito pouco explorada por profissionais da área das ciências humanas, sejam eles: assistentes sociais, antropólogos, psicólogos e sociólogos.

A escolha deste bairro para a pesquisa deveu-se ao facto do local oferecer acessibilidade para a pesquisadora garantindo a colecta de dados (observação e entrevista), a prostituição neste espaço está ligada a questões de pobreza, turismo/lazer e a urbanização o que torna representativo para compreender as dinâmicas sociais, económicas e culturais. E, os impactos desta prática geram impactos visíveis na comunidade desde a segurança, saúde pública e direitos humanos.

- **Objectivos**

Geral

- ✓ Compreender os mecanismos adoptados pelas trabalhadoras de sexo face ao inadimplemento económico perpetrado pelos clientes no Bairro de Magoanine “B” (2021 – 2024).

Específicos

- ✓ Identificar o perfil sócio-demográfico das trabalhadoras de sexo.
- ✓ Demonstrar o trabalho de sexo no Bairro de Magoanine “B”.
- ✓ Interpretar os mecanismos adoptados pelas trabalhadoras de sexo face ao inadimplemento económico perpetrado pelos clientes.
- ✓ Discutir o papel do Assistente Social na protecção dos direitos das trabalhadoras de sexo.

- **Estrutura do trabalho**

No primeiro capítulo encontra-se o enquadramento teórico e conceptual, onde é apresentada a teoria que explica a pesquisa e os e a conceptualização das palavras-chave que mostra como os conceitos serão entendidos e aplicados no estudo. O segundo capítulo apresenta o plano de intervenção social, que faz menção às acções desenhadas para enfrentar o problema no bairro de Magoanine “B”.

O terceiro capítulo é referente à metodologia, métodos, técnicas e procedimentos usados para a materialização da pesquisa, as limitações, desafios e ou constrangimentos enfrentados ao longo da investigação.

Por fim, o quarto capítulo é responsável pela análise e interpretação dos dados obtidos na pesquisa, as propostas para a redução da vulnerabilidade do grupo-alvo, o papel do Assistente Social na protecção das trabalhadoras de sexo. Finalmente, encontra-se a conclusão da pesquisa, as referências bibliográficas, apêndices e anexo.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

O enquadramento teórico e conceptual é a base que sustenta uma investigação. Organiza as principais teorias, conceitos e estudos prévios que explicam o problema em análise e orientam a interpretação dos resultados. Trata-se de uma coluna vertebral da investigação que organiza o conhecimento existente, define conceitos e estabelece lógica que guia todo o estudo.

1.1. Enquadramento Teórico

O enquadramento teórico ajuda na melhor análise e compreensão da pesquisa, a teoria torna-se numa espinha dorsal que visa orientar e interpretar os dados conectados a ideias, perspectivas e abordagens de autores que versam em torno de temas interligados que guiam a pesquisa. Para o estudo em alusão, foi escolhida a teoria da dominação masculina do sociólogo francês Bourdieu (2002).

A principal premissa desta teoria destaca que a desigualdade entre os homens e mulheres é sustentada por uma forma sutil e profunda da violência simbólica, essa violência a que não se manifesta por meio de coerção física, mas sim, através de estruturas sociais, culturais e cognitivas que naturalizam a superioridade masculina e tornando a dominação algo aparentemente legítimo e invisível. Nessa relação o masculino é colocado como medida de todas as coisas, numa visão androcêntrica que até é naturalizada pelos grupos dominados, que muitas vezes a aceitam-na de forma pré-reflexiva (Bourdieu, 2002).

A violência simbólica se institui quando o dominado só dispõe para pensar a dominação de instrumentos ou classificações naturalizados de que seu ser social é produto, ou seja, as constantes ocultas que geram um natural construído, de escolhas orientadas, têm o masculino como medida de todas as coisas e o feminino como o “outro” (Bourdieu, 2002).

Na óptica de Bourdieu, a dominação masculina é produto da definição socialmente construída dos corpos, masculino (activo, penetrante) e feminino (passivo, penetrado). Essas diferenças entre os sexos no sentido dos géneros construídos como duas essências sociais hierarquizadas, determinam a divisão social do trabalho e das relações sociais (Muianga, 2009).

Bourdieu identifica a submissão do princípio feminino na sociedade patriarcal, o princípio masculino passou a ser referencial para a ordem das coisas após o início do patriarcado. A identidade masculina, por sua vez, era reconhecida pela virilidade, tanto pelo porte físico, como em questões de honra e ética (Bourdieu *apud* Lazdan et al, s/d).

O autor francês reconhece a expressão pura do masculino e da dominação masculina nas manifestações de exploração e do que traz honra ao homem, como meio de afirmar a sua virilidade (Lazdan *et al.*, s/d).

Bourdieu nos mostra que a virilidade também submete e incentiva os homens a investir em jogos de violência e de poder, pois a virilidade precisa ser reconhecida e validada publicamente, precisa fornecer demonstrações de honra, de força e de capacidade sexual, reprodutiva e social (Betti, 2011).

Sob esse prisma, muitos homens vêm o acto de pagar por sexo como uma forma de reafirmar sua masculinidade, todavia, o inadimplemento económico pelos serviços sexuais contratados pode reforçar essa virilidade ao mostrar que ele “pode” transgredir normas sem consequências.

De modo geral, possuir sexualmente, é dominar no sentido de submeter a seu poder mas significa também enganar, abusar pois as manifestações de virilidade se situam na lógica de proeza, da exploração, do que traz honra, uma vez que a força masculina lhe vem do facto de acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada (Bourdieu, 2002).

A teoria da dominação masculina em Bourdieu (2002), melhor se enquadra na percepção e explicação do inadimplemento, pois na prostituição o cliente detém o capital económico (dinheiro) e, muitas vezes, também o capital simbólico (Status e poder social). E, quando ele não paga pelo serviço, esse inadimplemento pode ser visto como uma forma de violência simbólica e afirmação da virilidade, pois ele se vale da sua posição dominante para deslegitimar ou desvalorizar o trabalho da profissional, ou seja, o inadimplemento não é apenas uma falha contratual – é uma expressão de dominação, onde o cliente se recusa a conhecer o valor simbólico e económico do corpo e do trabalho da mulher.

1.1.1 Limitação da teoria

A limitação desta teoria para a pesquisa está ligada à uma das principais premissas da mesma que é a violência simbólica. Bourdieu assume que a violência simbólica não se manifesta por meio de coerção física e, é internalizada pelos grupos dominados que muitas vezes aceitam e contribuem de forma consciente ou não para que esta dominação prevaleça (Bourdieu, 2002).

Entretanto, no âmbito da prostituição é verídico que as trabalhadoras de sexo embora saibam da existência do poder masculino, da afirmação da virilidade e da honra dos mesmos, estas podem até contribuir para a ocorrência do inadimplemento mas não aceitam de forma pacífica. Ademais, no caso da prostituição, o inadimplemento económico é uma forma concreta de violência material, não apenas simbólica, logo, o inadimplemento por parte dos clientes é uma forma de exploração que não se encaixa na sua totalidade na estrutura de dominação simbólica proposta pelo autor.

1.2. Enquadramento Conceptual

No âmbito da pesquisa social a identificação e posterior conceituação das palavras que operacionalizam o trabalho (palavras-chave) é de carácter axiomático. A presente pesquisa tomou como referência os seguintes conceitos: prostituição, trabalhadora de sexo, inadimplemento económico, cliente e exclusão social.

1.2.1 Prostituição

De acordo com enciclopédia católica (1956) *apud* Capaina (2023), a prostituição é uma actividade sexual praticada fora do matrimónio, sobretudo por mulheres e tendo unicamente como fim a obtenção do lucro, com quem quer que lhe faça a proposta. Subsidiando o conceito católico, Andrade (2002), diz que a prostituição significa a dominação machista sobre a mulher, quem tem um corpo considerado como explorável, essa mulher troca os seus favores sexuais por dinheiro ou outros bens.

Na perspectiva de Holanda (1986, p. 1405), a prostituição é o acto ou efeito de prostitui-se, pode ser comércio habitual ou profissional do amor sexual. Por sua vez, Muianga (2009, p. 40),

salienta que “a prostituição poderia englobar todos os tipos de práticas sexuais em que os seres humanos, em troca de recursos, remunerações ou compensações de vária ordem, disponibilizam o seu corpo para o deleite sexual de outrem”.

De acordo com Andrade (2011) transcrito por Capaina (2023), a ONU define a prostituição como o processo em que as pessoas mediante remuneração de maneira habitual, sob quaisquer formas, entregam-se às relações sexuais normais e anormais com pessoas do mesmo sexo ou sexo oposto, durante todo o tempo, completa a definição dizendo que o acto sexual comercial é como qualquer acto sexual, em que algo de valor seja dado ou recebido por alguém.

Para melhor percepção da problemática usou-se o conceito da enciclopédia católica pois, faz menção a obtenção de lucros e da prerrogativa de negociação (proposta) entre a trabalhadora e o cliente. Associa-se ao conceito, o parecer de Andrade (2002), por fazer menção a dominação machista sobre a mulher, onde o homem objectifica a mulher como forma de demonstrar a sua virilidade e liderança sobre a mesma.

1.2.2 Trabalhadora de sexo

O termo trabalhadora de sexo foi popularizado em 1980 pela feminista Carol Leigh que buscava substituir o termo prostituta. Tavares (2018), faz menção que este termo foi cunhado em busca dos direitos das prostitutas, pois, ao contrário de prostitutas, conotações estigmatizadas, de indignidade ou de má fé, o termo profissional do sexo tenta sugerir um enquadramento alternativo, como forma de promover o reconhecimento da actividade como digno e legítimo.

Com o intuito de romper com os estigmas e promover a humanização desta profissional e o reconhecimento do seu trabalho como actividade legítima, que deve ser regulamentada e protegida por leis trabalhistas, a pesquisadora Berstein (1999) *apud* Tavares (2018), conceitua a trabalhadora de sexo como uma profissional que exerce actividades sexuais mediante remuneração, sendo necessário reconhecer sua actuação como trabalhadora para garantir direitos e protecção legal.

Por sua vez, Muçoucah (2013, p. 71), destaca que trabalhadoras de sexo são aqueles que “buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em acções educativas

no campo da sexualidade. As actividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidade da profissão”.

UNAIDS (2012), define a trabalhadora de sexo como sendo pessoas adultas que, de forma consensual, recebem dinheiro ou outra forma de recompensação em troca de serviços sexuais, seja esporádica ou regularmente.

As definições convergem na ideia da remuneração ou recompensa como sendo o objecto-chave da prostituição. As duas primeiras buscam emancipar esta profissional de modo com que ela seja reconhecida como trabalhadora merecedora de direitos como qualquer outra, reduzindo assim a sua vulnerabilidade no campo de actuação. A definição da UNAIDS (2012), apresenta uma limitação quando esta assume que toda a trabalhadora de sexo é adulta, excluindo a possibilidade de existência da prostituição infantil.

Muçouçah (2013), traz na sua definição uma nova componente ligada às acções educativas da sexualidade entretanto esta não é aplicável para o nosso grupo-alvo, por estas estarem preocupadas somente com a sua subsistência, preferindo na maioria das vezes manter-se no sigilo ou anonimato. Para a pesquisa o conceito que melhor se enquadra é o de Berstein (1999), por este circundar-se no principal objectivo da mesma e por trazer uma abordagem de apelo a protecção desta classe social ao nível legal.

1.2.3 Inadimplemento económico

A doutrina de Orozimbo Nonato (1960), lecciona que a obrigação nasce para se extinguir com seu cumprimento, cujo objectivo é cessar sua existência com o adimplemento. A obrigação nasce para ser cumprida, ou seja, para que ocorra o adimplemento, entretanto, as obrigações podem não ser cumpridas, ocorrendo o inadimplemento, que é o descumprimento da obrigação ou o cumprimento de forma incompleta.

Pode-se conceituar o inadimplemento como o descumprimento, total ou parcial, de uma obrigação de dar, fazer ou não fazer; é o não pagamento da dívida nas condições fixadas na negociação (Nader, 2019 *apud* Tavares, 2022).

Posto isto, o inadimplemento económico seria o incumprimento de uma obrigação contratual ao nível económico, que põe em causa os interesses e causa perdas e danos ao credor. Lembrando que credor é aquele que tem o direito de receber algo, seja em dinheiro, bens ou serviços.

1.2.4 *Cliente*

A palavra cliente é bem comum e tem um significado central e directo, é a pessoa que recebe ou consome um serviço ou produto oferecido por outra pessoa ou empresa. Moller (2001) mencionado por Musumali (2019), define cliente como sendo indivíduo que compra produtos e serviços para o consumo próprio.

Na sequência, no entendimento de Silva (s/d), cliente é alguém que necessita de ajuda e de uma equipa para satisfazer suas necessidades, a fim de comprar, pesquisar ou mesmo reclamar, alguém muito importante para a sobrevivência de uma empresa.

Na avaliação de Cunha (2021), prostituição só existe porque alguém está disposto a comprar e pagar pelo sexo, ou seja, é a demanda que cria a oferta. Acrescentado por Vieira (2016), a prostituição é, nessa perspectiva, um sistema de relações, uma vez que é realizado entre duas ou mais pessoas, definidas como vendedor (trabalhadora de sexo) e comprador (cliente) que negociam um produto (sexo). Assim sendo, devido a sua objectividade e precisão, a definição de Musumali é a mais adequada para guiar a pesquisa.

1.2.5 *Exclusão social*

A exclusão social tal como a pobreza é um conceito que sofre transformações a cada dia na tentativa de procurar uma definição que melhor se enquadra a um dado fenómeno ou realidade, por esta acoplar diferentes factores políticos, social, económico e cultural. Todavia, há que concordar que independentemente do conceito ou definição, todas comungam do mesmo preceito que é um processo baseado na injustiça e desintegração.

No século XVI, a palavra esteve associada à ideia de não ser admitido, repellido ou de ser mandado embora. Posteriormente, seu significado passa a designar alguém que se encontra desprovido de direitos (Kowarick, 2003 *apud* Borba & Mata-Lima, 2011).

A exclusão social para a Comissão das Comunidades Europeias “é um processo através do qual certos indivíduos são empurrados para a margem da sociedade e impedidos de nela participarem plenamente em virtude da sua pobreza ou falta de competências básicas e de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, ou ainda em resultado da discriminação” (COM, 2003, p. 9).

Por sua vez Hunter (2000, p. 2-3) define a exclusão social como “múltiplas privações resultantes da falta de oportunidades pessoais, sociais, políticas e financeiras”. A noção de exclusão social visa a participação social inadequada, a falta de integração social e a falta de energia.

Para Sheppard (2006), a exclusão social significa grupos socialmente excluídos. Portanto, são aqueles que estão em situação de pobreza, desemprego e carências múltiplas associadas e que são privados de seus direitos como cidadãos, ou cujos laços sociais estão danificados ou quebrados.

Na perspectiva de Lopes (2006) a exclusão social caracteriza-se por um conjunto de fenómenos que se configuram no campo alargado das relações sociais contemporâneas: o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a desqualificação social, a degradação identitária, a desumanização do outro, a anulação da alteridade, a população de rua, a fome, a violência, a falta de acesso a bens e serviços, à segurança, à justiça e a cidadania, entre outras.

A perspectiva que melhor se enquadra no trabalho é a de Lopes (2006), por esta fazer menção a questão da precarização do trabalho, desqualificação social, e da degradação da identidade uma vez que as trabalhadoras de sexo são alvos de diversas discriminações devido a promiscuidade que demanda a sua profissão.

CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Neste capítulo apresenta-se o plano de intervenção social que constitui um conjunto de estratégias organizada para enfrentar problemas sociais e promover melhorias na qualidade de vida de indivíduos ou comunidades em situação de vulnerabilidade. Um projecto que define acções específicas para enfrentar as diferentes questões sociais. Para esta pesquisa, foram desenvolvidas três actividades a saber: a apresentação do projecto, as práticas socioeducativas e a organização e cooperação entre as trabalhadoras de sexo.

2.1. Apresentação do Projecto à Estrutura do Bairro de Magoanine “B”

A apresentação da pesquisa a estrutura do bairro tinha por um lado o objectivo de ter um aval para prosseguir com a pesquisa, e por outro fazer entender que a mesma visava reduzir os impactos económicos negativos sofridos por profissionais de sexo em Magoanine “B” devido à inadimplência dos clientes, promovendo segurança financeira, dignidade e inclusão social, destacando a sua importância para a melhoria das condições de vida das trabalhadoras de sexo.

Esta actividade foi feita em um dia na sala de atendimento do círculo, e contou com a presença de 04 funcionários do círculo, houve um debate em forma de entrevista não-estruturada, onde a pesquisadora fazia perguntas de modo a sanar algumas dúvidas ligadas a pesquisa, grupo-alvo e a população do bairro no seu todo.

2.2. Desenvolvimento de Práticas Socioeducativas

As práticas socioeducativas são acções educativas voltadas para promover inclusão social, cidadania e desenvolvimento pessoal, especialmente em grupos vulneráveis ou em situação de risco. Estas têm como objectivo principal formar ou capacitar indivíduos de maneira social, política e pessoal, por meio de actividades que vão além do ensino formal.

Esta actividade teve duração de uma semana no local de actuação das trabalhadoras, contou com a intervenção da pesquisadora, das trabalhadoras de sexo e de uma Enfermeira Geral para melhor abordar assuntos relativos a segurança na saúde.

O desenvolvimento destas práticas visavam promover a consciência crítica e cidadania do grupo-alvo, de modo com que saibam que são seres dotados de direitos, desenvolver habilidades pessoais e colectivas para lidar com conflitos e fortalecer as estratégias de segurança.

2.3. Organização e Cooperação entre as Trabalhadoras

É uma estratégia essencial para fortalecer a protecção, promover autonomia colectiva, a solidariedade e melhorar as condições de trabalho reduzindo os riscos financeiros, físicos e psicológicos associados a actividade.

A organização e cooperação entre as trabalhadoras consistiu em fortalecer a união e reduzir situações de vulnerabilidade promovendo melhores condições de trabalho. A união e organização entre as trabalhadoras permite enfrentar os problemas estruturais como a disparidade salarial e a precarização da própria actividade, permite a tomada de decisões colectivas capaz de enfrentar a discriminação e violência. A cooperação cria redes de solidariedade, onde cada integrante pode apoiar a outra em situações de risco, fortalecendo a segurança colectiva.

A actividade teve duração de um dia, mas por se tratar de um grupo sensível trabalhou-se somente com o grupo-alvo (trabalhadoras de sexo) no seu local de actuação.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

É um conjunto de métodos, técnicas, procedimentos e estratégias usadas para alcançar algum objectivo, sobretudo em pesquisas, projectos e processos de trabalho. A metodologia é o “como fazer” de qualquer trabalho, ela garante que o trabalho seja feito de forma lógica, organizada e confiável.

3.1 Natureza da pesquisa

O estudo em questão é de natureza qualitativa pois, buscou compreender os fenómenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos. Buscou entender os significados atribuídos pelos participantes às suas experiências, acções e contextos sociais, preconiza a subjectividade como parte integrante do processo de produção do conhecimento.

Para Godoy (1995, p. 11), “na abordagem qualitativa, o cientista objectiva aprofundar-se na compreensão dos fenómenos que estuda – acções ou indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social, interpretando-os segundo perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com a representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito”.

Costa, Dias e de Souza (s/d), acreditam que esta pesquisa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Permitiu entender como as trabalhadoras de sexo vêm, percebem e interpretam o inadimplemento, revelando sentimentos de vulnerabilidade, indignação ou resiliência que dificilmente podem ser compreendidos através de dados quantitativos.

A natureza da pesquisa, permitiu explorar de maneira mais profunda acerca dos mecanismos de sobrevivência e resiliência face a esta violência de carácter económico pois, permitiu entender como estas mulheres interpretam e enfrentam a instabilidade económica advinda da exploração. Ajudou a compreender como factores como género e classe moldam suas respostas e opiniões em torno desta crise, ademais, permitiu analisar como o inadimplemento é usado como uma forma de afirmação do poder masculino, abuso ou exploração.

Com base neste tipo de pesquisa é possível perceber as dinâmicas de sobrevivência, as lutas influenciadas pelo estigma social no acesso a direitos, serviços e protecção. Expôs como o desequilíbrio sócio – económico entre o cliente e a trabalhadora influencia na dinâmica da negociação. Como bem acrescenta Godoy (1995), um fenómeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada.

3.2 Tipo de pesquisa

Quanto ao tipo de pesquisa usou-se a pesquisa documental, bibliográfica e descritiva. A pesquisa documental é um tipo de investigação científica que utiliza documentos como fonte para a materialização da pesquisa, a pesquisa bibliográfica na óptica de Gil (2008), é aquela que é desenvolvida a partir de material já elaborado constituído principalmente por livros e artigos científicos.

A pesquisa do tipo descritiva, é de acordo com Gil (2008), aquela que tem como objectivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis, cuja característica mais significativa está na utilização de técnicas padronizadas para a colecta de dados tais como o questionário e a observação sistemática.

Tal como aponta o autor Gil (2008), estas pesquisas salientam-se aquelas que têm por objectivo estudar características de grupos: distribuição por idade, sexo entre outros, e também fazem parte as pesquisas que tem por objectivo levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Nesta senda, a pesquisa descritiva, permitiu o mapeamento de práticas e estratégias de contextos sociais, ajudou a registar essas experiências de forma sistemática, dando visibilidade a práticas quotidianas das trabalhadoras de sexo. Ao descrever os mecanismos adoptados como o pagamento antecipado, a prática de relações com clientes confiáveis e fixos, a pesquisa revelou as formas de resistência e sobrevivência das mesmas face as adversidades.

Quanto aos procedimentos técnicos foi feita uma pesquisa de campo, que na óptica de Gonçalves (2001) & Gil (2008), esta procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação directa das actividades do grupo estudado e de entrevistas com

informantes para captar as explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade a serem documentadas.

3.3 Método de pesquisa

O método de estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objectos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado (Gil, 2008). O estudo de caso permitiu analisar soluções reais de inadimplemento económico e propôs estratégias de mitigação, no momento em que facilitou a compreensão (mapeia perfis de clientes e padrões de clientes), analisou as estratégias existentes (estudou casos em que as trabalhadoras de sexo adoptaram medidas de protecção) e propôs soluções (criou recomendações possíveis dentro da realidade do grupo-alvo).

No contexto das trabalhadoras de sexo, essa pesquisa permitiu que elas fossem protagonistas na produção do conhecimento sobre suas próprias experiências, especialmente em relação ao inadimplemento económico. Esta pesquisa permitiu a criação de informações colectivas que documentem casos de inadimplementos, compartilhamento de informações sobre clientes problemáticos entre outras acções ou estratégias de enfrentamento e prevenção.

Nesta ordem de ideias, a pesquisadora desenvolveu um conjunto de actividades estratégicas junto das trabalhadoras de sexo do bairro de Magoanine “B” que visavam mitigar o inadimplemento económico e seus desafios, reduzindo a vulnerabilidade das mesmas, e não menos importante a pesquisadora convida a toda a sociedade a pautar por comportamentos e acções que procurem promover a inclusão, a emancipação e emponderamento, e o bem-estar das trabalhadoras de sexo.

3.4 Amostra

O estudo tem uma amostra é de 20 (vinte) trabalhadoras de sexo com mais de dois (2) anos de actuação na prostituição, com idades compreendidas entre 20 e 45 anos.

Recorreu-se a amostragem por acessibilidade ou por conveniência, “onde o pesquisador selecciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (Gil, 2008, p. 94).

A acessibilidade foi o critério usado, pois nem todas as trabalhadoras que se encontravam no campo aceitavam participar da entrevista, umas por receio a possíveis exposições e outras por falta de interesse.

3.5 Instrumentos de recolha de dados

Foram usados dois instrumentos de recolha de dados a saber: a entrevista semi-estruturada e a observação simples. A entrevista consistiu num processo de perguntas e respostas entre um emissor e receptor, a observação corresponde a um breve olhar do meio social em que se pretende estudar.

A entrevista é uma técnica especial para colecta de informações directas dos sujeitos investigados, fornece dados básicos para a compreensão das relações entre os actores sociais e o fenómeno, tendo como objectivo a compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos específicos (Silva *et al*, 2006).

Na óptica de Manzini (1991), a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro de perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

A operacionalização da entrevista foi feita da seguinte maneira: primeiro, foi feito o esclarecimento do que se pretende estudar (tema, objectivos e o problema), depois foi definido o

critério de participação (somente para as trabalhadoras que já tiveram experiência com clientes inadimplentes) e destacou-se com base no consentimento informado que a participação não era de carácter obrigatório, e havia garantia de anonimato e confidencialidade. Algumas conversas foram gravadas e para quem recusava a gravação as respostas eram imediatamente registadas num bloco de notas.

A observação constitui a maneira mais apropriada para conhecer a realidade, visto que se caracteriza por um mínimo de intervenção do pesquisador no campo de estudo. Entende-se por observação na sua acepção mais pura, focalizada em comportamento que ocorre naturalmente em seu ambiente e com um observador que nele não interfere (Santos, s/d). Sustentando a ideia, Beuren (2003) *apud* Santos (s/d), menciona que a técnica consiste em ver, ouvir e examinar os factos ou fenómenos que se pretendem investigar.

Por observação simples entende-se aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os factos que aí ocorrem. É muito apropriada para estudos das condutas mais manifestas das pessoas da vida real (Gil, 2008).

No âmbito da observação a pesquisadora pôde observar que as trabalhadoras de sexo circulavam com roupas curtas e parcialmente cobertas de capulana, algumas tinham tatuagens visíveis e maquilhagens iluminadas. O espaço onde realizam os programas situa-se num beco, e o ambiente encontra-se em condições precárias com acumulação de lixo e odor de urina, em suma, o local apresenta condições de insalubridade e insegurança.

3.6 Análise e tratamento dos dados

Para a análise e tratamento dos dados foi usado o modelo de Laville & Dionne (1999), que permite investigar uma ampla gama de objectos como atitudes, valores, representações, ideologias e mentalidades, no qual foi feita uma leitura, descrição, classificação, interpretação dos dados obtidos. Foi feito um agrupamento/categorização dos dados por assuntos ou temas de forma a estabelecer conexões entre os dados colectados e o inadimplemento económico.

A categorização dos dados foi feita em princípio no guião de entrevista, onde houve um agrupamento das questões mediante a sua categoria: I. a categoria referente ao perfil sócio-demográfico, II. a categoria referente a contextualização da actividade, III. do inadimplemento económico no local de estudo, e por fim, IV. categoria referente aos mecanismos de prevenção adoptados pelas trabalhadoras de sexo.

Foi com base nestas categorias que a pesquisadora soube agrupar trechos semelhantes de modo a evitar com que haja uma perda ou dispersão da informação, facilitou na construção de temas centrais e serviram de ponte entre os dados e a teoria, ajudando a relacionar o que foi dito ou observado com os conceitos e teoria científica. A categorização dá transparência ao processo analítico, mostra como a pesquisadora saiu do dado bruto até chegar às conclusões, aumentando a credibilidade e a validade da pesquisa.

3.7 Validade e fiabilidade dos resultados

Para garantir a validade foi usada a triangulação metodológica que consistiu no uso de duas ou mais técnicas (entrevistas e observação) como forma garantir a credibilidade dos dados recolhidos de forma a ter credibilidade da pesquisa. Quanto a fiabilidade, a autora manteve-se fiel aos dados fornecidos pelas trabalhadoras de sexo.

3.8 Aspectos éticos da pesquisa

Foi partilhado um consentimento informado para cada uma das trabalhadoras de sexo, onde o mesmo exibia os seus objectivos e finalidade. Ademais, ressaltava que a participação da entrevista devia ser de livre e espontânea vontade e que os dados recolhidos no campo são só e somente só para fins académicos e que não seriam usados para qualquer outro fórum. Frisou-se também que, a identidade seria ocultada como forma de garantir anonimato e segurança.

3.9 Constrangimentos da pesquisa

O primeiro constrangimento no âmbito da pesquisa esteve ligado a escassez de obras literárias que abordem a problemática na vertente sociológica, ao uso de obras antigas devido a disponibilidade limitada da literatura, bem como a singularidade da problemática, e consequentemente, dificuldade na identificação da teoria que melhor se enquadre na pesquisa.

A pesquisa foi baseada “somente” nas opiniões e percepções das trabalhadoras de sexo. A pesquisadora acredita que embora o grupo-alvo da pesquisa sejam as trabalhadoras de sexo, a opinião masculina (cliente) teria alguma influência na percepção deste problema, quiçá ajudaria no desenvolvimento do plano de intervenção.

No âmbito da recolha dos dados a pesquisadora esteve diante de constrangimentos tais como: a exposição nocturna no campo de recolha de dados, onde a mesma sofreu assédios morais e físicos por parte de alguns jovens.

De seguida, deparou-se com casos em que as trabalhadoras de sexo recusavam-se de participar da entrevista, pois, por um lado, o tempo que levariam a responder as questões estariam a trabalhar. Por outro, estariam cansadas de participar em entrevistas pois, estas não lhes traria benefício e corriam risco de ser expostas nas redes sociais. Outro constrangimento não menos importante esteve ligado a exigência de valores monetários como critério de participação das entrevistas.

Por último, a pesquisa foi feita num e único campo de estudo, portanto, os resultados/conclusões obtidas na pesquisa podem não se aplicar a outros grupos ou contextos de inadimplemento económico.

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DO CAMPO

Neste capítulo pretende-se fazer a apresentação, análise e interpretação dos dados colectados no contacto que se teve com as trabalhadoras de sexo do bairro de Magoanine “B”. Iniciar-se-á com a identificação do perfil sócio-demográfico, de seguida far-se-á a descrição do trabalho de sexo no local de estudo e, por fim, apresentação dos resultados da implementação do plano de intervenção.

4.1. Perfil sócio-demográfico

Foram entrevistadas no total de vinte (20) sujeitos num universo de 50 trabalhadoras de sexo, tendo como variáveis: idade, estado civil, nível de escolaridade, origem geográfica, profissão e tempo de actuação. Vale salientar que todas as entrevistadas são do sexo feminino, cujas idades variam de 20 – 45 anos, onde encontramos o número maior de 9 trabalhadoras que correspondem ao intervalo dos 25 – 30 anos e o menor de 2 trabalhadoras correspondente s aos intervalos dos 30 – 35 anos e dos 40 – 45 anos de idade.

Tabela 1: *Idades das Entrevistadas*

<i>Idade</i>	<i>Nº de Entrevistadas</i>
<i>[20 – 25 Anos]</i>	<i>4</i>
<i>] 25 – 30 Anos]</i>	<i>9</i>
<i>] 30 – 35 Anos]</i>	<i>2</i>
<i>] 35 – 40 Anos]</i>	<i>2</i>
<i>] 40 – 45 Anos]</i>	<i>3</i>
<i>TOTAL</i>	<i>20</i>

Fonte: Aatoria Própria (2024)

Os dados acima ilustram a faixa etária das entrevistadas no local de estudo da pesquisa, onde é possível constatar que a idade da trabalhadora mais nova é de 20 anos e da trabalhadora mais velha de 45 anos de idade.

Com estes dados verificou-se que todas estão ainda na idade activa e que neste bairro a prostituição é caracterizada pela presença massiva de jovens, o que sustenta a ideia do desemprego como um dos factores cruciais que contribui para a ocorrência da prostituição nesta área, pois a idade activa corresponde ao período da vida em que os indivíduos estão aptos para o trabalho, é nessa fase que se espera que as pessoas estejam economicamente produtivas, então a ausência de oportunidades formais de trabalho leva aos jovens a traçar novas estratégias de sobrevivência como forma de suprir com as suas necessidades existenciais.

No que concerne ao estado civil, constatou-se que varia dentre casadas, viúvas, solteiras e as que vivem em união de facto. 1 Trabalhadora é casada, 1 encontra-se no estado de viuvez, 7 trabalhadoras encontram-se em união de facto e 11 solteiras, embora 5 destas tenham parceiros (namorados) fixos.

Quanto ao nível de escolaridade, 1 trabalhadora tem o ensino superior não concluído, 2 com ensino secundário concluído, 10 com ensino secundário não concluído, 4 com ensino primário e 3 sem educação escolar (analfabetas).

Tabela 2: *Nível de Escolaridade*

<i>Nível de escolaridade</i>	<i>Nº de Entrevistadas</i>
<i>Superior não concluído</i>	<i>1</i>
<i>Secundário concluído</i>	<i>2</i>
<i>Secundário não concluído</i>	<i>10</i>
<i>Ensino Primário</i>	<i>4</i>
<i>Analfabetas</i>	<i>3</i>
<i>TOTAL</i>	<i>20</i>

Fonte: Autoria Própria (2024).

O baixo nível académico ou a falta dele é um dos principais instrumentos de reprodução das desigualdades sociais, para alguns autores como Abadre (2023), por um lado, a educação é uma componente essencial para o desenvolvimento humano, emancipação política, igualdade e fraternidade, justiça e participação social dos cidadãos, principalmente para pessoas em situação

de pobreza e vulnerabilidade, por outro, o nível de profissão está directamente relacionada com o nível de educação.

Logo, é plausível afirmar que sem acesso à educação, muitas pessoas enfrentam dificuldades para conseguir empregos formais ou bem remunerados, deixando-as com poucas alternativas de sustento e levando a busca de alternativas informais de sobrevivência incluindo a prostituição.

No que tange a origem geográfica, constatou-se que as trabalhadoras de sexo vêm de bairros próximos como: Zimpeto com 3 trabalhadoras, Abel Jafar com 6 trabalhadoras, Albasine com 9 trabalhadoras e bairro de Magoanine “B” com 2 trabalhadoras de sexo.

No que concerne ao tempo de actuação no ramo da prostituição, constatou-se que 12 trabalhadoras praticam esta actividade há mais de 2 anos, 5 há mais de 7 anos e 3 trabalhadoras há mais de 9 anos.

Tabela 3: *Fonte de Renda*

<i>Profissão</i>	<i>Nº de Entrevistadas</i>
<i>Empregada Doméstica</i>	<i>11</i>
<i>Comerciante</i>	<i>6</i>
<i>Conta Própria (Biscates)</i>	<i>3</i>
<i>TOTAL</i>	<i>20</i>

Fonte: Aatoria Própria (2024).

A tabela ilustra as diferentes ocupações exercidas pelas entrevistadas durante o dia, tendo o rendimento médio mensal das empregadas domésticas e comerciantes no valor de 1000 a 3000 meticais, e das trabalhadoras por conta própria (biscate) de 400 a 1000 meticais. Tendo em conta o actual estágio do custo de vida, caracterizado pelas frequentes subidas dos produtos alimentares entre outros, a pressão financeira torna as trabalhadoras de sexo mais vulneráveis a dominação sujeita pelos clientes.

As trabalhadoras de sexo com rendimento baixo tendem a aceitar mais a dominação masculina como estratégia de sobrevivência e social. Essa relação e a aceitação da dominação masculina por parte de mulheres em contextos de vulnerabilidade económica, pode ser compreendida por meio de diversas lentes como por exemplo: a possibilidade delas se sentirem obrigadas a aceitar

comportamentos dominadores para garantir renda mínima, a escassez de oportunidade de trabalho fora do mercado do sexo pode levar a aceitação de condições degradantes ou violentas impostas por homens e a necessidade urgente de dinheiro pode reduzir a capacidade da trabalhadora de impor regras ou exigir respeito, aumentando a submissão.

Neste bairro, a maioria das mulheres envolvidas na prostituição muitas vezes são chefes de famílias e ou provedoras principais, muitas são mães solteiras com baixo nível de escolaridade que vêem na prostituição uma oportunidade de arrecadar dinheiro para garantir a sua sobrevivência. A ausência de mecanismos legais e sociais de protecção agrava a instabilidade financeira dessas mulheres, tornando o inadimplemento uma consequência recorrente e estrutural.

4.2 Descrição do Trabalho de Sexo no Bairro de Magoanine “B”

O Bairro de Magoanine “B” é um dos bairros do distrito de KaMubukwana, limitado a Norte pela estrada Circular de Maputo que separa do distrito de Marracuene, a Este pelos Bairros Albasine e Mahotas, a Sul pelo Bairro Magoanine A e a Oeste pelo bairro Zimpeto (Azarate, 2024).

O Bairro de Magoanine “B”, localizado na periferia de Maputo, é uma zona em crescimento urbano que abriga uma população diversa, marcada por desafios socioeconómicos, migração interna e expansão informal. Nesse cenário, o trabalho sexual emerge como uma prática de sobrevivência, autonomia económica e, em alguns casos, como forma de sustento familiar.

A prostituição é um fenómeno complexo influenciado por múltiplos factores sociais, económicos, culturais e individuais. Perguntadas as motivações que as levaram para esta actividade, elas responderam:

Eu estou aqui por causa do desemprego, não há trabalho neste país. Temos que procurar maneiras de ter dinheiro, sejam boas ou más, uns roubam, outros matam e eu prefiro estar aqui, sem fazer mal a ninguém ganhando do meu próprio suor (Entrevistada “A”, 26 anos, trabalhadora de sexo).

Eu estou aqui pelos meus filhos, meu marido morreu e ninguém quer saber de nós, tenho 4 filhos e preciso cuidar deles (Entrevistada “J”, 23 anos, trabalhadora de sexo).

Meu marido me abandonou e foi casar com outra mulher, meus filhos só têm a mim, ninguém da família nos ajuda, só Deus na causa (Entrevistada “G”, 29 anos, Trabalhadora de sexo).

Eu sou a mais velha de casa, meu pai? Foi, que Deus o tenha, minha mãe já é madalinha [idosa], tem machamba dela, mas como deves imaginar nem tudo sai da machamba, até porque não é uma machamba para negócio é para subsistência mesmo, e então, como é que fica o sabão, óleo, transporte dos cassulas [irmãos mais novos] para escola e outras coisas? Alguém tem que pagar essas contas... (Entrevistada “M”, 27 anos, trabalhadora de sexo).

Os depoimentos acima expostos relatam que muitas mulheres entram no trabalho sexual como forma de sustentar os filhos e dependentes, por causa de uma combinação de factores sociais, económicos e pessoais como fora dito antes. A morte ou abandono do provedor são factores que contribuem significativamente para a prática da prostituição, sobretudo em contextos marcados pela pobreza, desigualdade de género e ausência da protecção social.

Quando o principal responsável pelo sustento familiar morre ou abandona o lar, os membros da família, geralmente mulheres e crianças, enfrentam uma situação de vulnerabilidade extrema. A perda repentina da fonte de renda leva à desestruturação económica, dificultando o acesso aos bens essenciais como alimentação. Sem alternativas viáveis e diante da urgência de garantir a sobrevivência, algumas mulheres recorrem à prostituição como uma forma imediata de obter recursos financeiros.

Mesmo que se afirme que o ingresso na prostituição, se dá por livre e espontânea vontade do indivíduo, e passem a impressão de que as profissionais de sexo são autónomas, emponderadas, não se pode afirmar que exista de facto autonomia e liberdade das profissionais, mascarando assim as relações de poder e opressão nas quais são submetidas, já que são escravizadas por uma rede de mercantilização e comercialização dos seus corpos, sempre haverá alguém controlando

seus corpos, liberdade e recursos financeiros (Oliveira, 2024), conforme aludem os depoimentos abaixo:

Eu vim aqui por iniciativa própria, ninguém me obrigou, mas nem parece, porque aqui os clientes nos domam, e de alguma maneira nos sentimos obrigadas a realizar todas as suas fantasias, tudo pelo dinheiro... porque pela lógica, já que vim na paz eu não devia me sentir obrigada a fazer nada.... Mas opah, paciência (Entrevistada “I”, 35 anos, trabalhadora de sexo).

Devido a exposição do local e a falta de pensões nas proximidades, a pesquisadora perguntou onde é que eram feitos os programas e as respostas foram as seguintes:

Trabalho aqui como vês. Contam-se vezes que vamos a pensão, tudo acontece ali naquele beco, quando muito no carro (Entrevistada “F”, 43 anos, trabalhadora de sexo).

Paralelamente à exposição das relações sexuais, ao praticá-las em áreas públicas, as trabalhadoras de sexo assumem estar diante do atentado ao pudor, uma vez que refere-se a actos que ofendem ou violam o senso comum da decência, moralidade ou respeito à intimidade, especialmente em espaços públicos ou diante de outras pessoas, mas isso deve-se a altos preços cobrados nas pensões, como pode se observar abaixo:

É verdade que não é bom estarmos a manter relações sexuais nas ruas, por vezes passam crianças vêm e ouvem tudo, é triste e vergonhoso. Outras vezes as pessoas preferem até trocar o caminho só para não terem o desprazer de ver o filme. Todavia, aqui tudo é clandestino, tanto no beco quanto nos carros, porque quando a polícia nos encontra eles batem, ameaçam e chantageiam os nossos clientes e ainda nos exturquem o pouco dinheiro que conseguimos... passamos tudo isso porque a maioria dos clientes não têm dinheiro para pagar pensões, até porque as pensões daqui são caras, tem valor mínimo de 600meticais (Entrevistada “K”, 25 anos, trabalhadora de sexo).

A relação entre os agentes policiais e trabalhadores de sexo é predominantemente marcada pela desconfiança, motivada pela crença de que os trabalhadores de sexo podem estar a transgredir as

normas sociais (Nswp, s/d). A presença da polícia tem sido uma grande limitação e desafio para o exercício da actividade destas trabalhadoras porque para além da polícia garantir a segurança ela proporciona momentos de injustiças caracterizadas por violência e extorsão, conforme descrevem os dados a seguir:

... aqui tudo é clandestino, tanto no beco quanto nos carros, porque quando a polícia nos encontra eles batem, ameaçam e chantageiam os nossos clientes e ainda nos exturquem o pouco dinheiro que conseguimos...(Entrevistada “K”, 25 anos, trabalhadora de sexo).

Há horas cujo fluxo dos clientes é maior, por ser um período em que a maioria das pessoas já encerrou as suas actividades no trabalho, atrelado a isso os finais de semana e feriados são de igual maneira dias lucrativos pela mesma razão, muitas pessoas têm o tempo livre, o que aumenta a procura por actividades de lazer e entretenimento, conforme arrolou uma das trabalhadoras:

Eu venho aqui mais tarde, saio de casa às 21-22 horas para chegar aqui às 23horas essa hora tem mais clientes principalmente nas sextas, finais de semana e feriados porque a agitação é maior, outros vêm mesmo para beber e curtir não porque vêm com o intuito de ter connosco, mas epah como a ocasião faz o ladrão eles acabam se metendo connosco (Entrevistada “L”, 44 anos, trabalhadora de sexo).

Como qualquer outra actividade económica a prostituição também tem seus dias de fraca aderência, exigindo assim a reinvenção de estratégias por parte das trabalhadoras de sexo, como ilustra o depoimento a seguir:

Eu costumo pescar ali dentro do bar, entro lá faço danças sensuais e sempre tem um peixe que morde o anzol, saímos e faço o programa. Nos dias mais fracos temos que nos reinventar e ser espertas para regressar à casa com algumas moedas (Entrevistada “H”, 28 anos, trabalhadora de sexo).

O bairro de Magoanine “B” apresenta um contexto urbano periférico marcado por vulnerabilidade social, onde o trabalho de sexo ocorre de forma informal, precária e exposta a

riscos sociais e económicos. O acesso à saúde, segurança, educação e saneamento é precário, o que contribui para a marginalização da população local, a presença de barracas, pensões, bares e ruas pouco fiscalizadas facilita a prática de actividades informais como o trabalho do sexo.

4.3 Inadimplemento Económico no Bairro de Magoanine “B”

O inadimplemento económico ocorre quando uma das partes de um contrato não cumpre com que foi acordado, neste contexto quando o consumidor não faz o pagamento dos valores pelos bens e serviços que lhe foram prestados. O inadimplemento na prostituição pode ter diversos factores que contribuem para a sua ocorrência, começando pela ausência da regulamentação legal clara, o que dificulta a formalização dos contratos e protecção jurídica dos envolvidos, o estigma social associado à actividade, entre outros.

As trabalhadoras de sexo advogam que a ausência ou atraso da remuneração salarial formal dos trabalhadores tem impactado directamente no ofício da prostituição, sabendo que não têm dinheiro alguns clientes tentam negociar preços baixos ou até consumir o serviço e não pagar alegando não ter salário ainda.

Já sim, isso acontece inúmeras vezes que me seria difícil dizer quantas. Tem sido frequente pior no início do mês porque já “torraram” o salário (Entrevistada “N”, 24 anos, trabalhadora de sexo).

... Outros txenekam [fazer vale] - nossos clientes, que na verdade são amigos daqui, quando não há movimento eles vêm e pedem para aliviar e pagam quando tiver, siimmm, é normal isso, porque há dias em que eles chegam e nos dão dinheiro assim, do nada, sem pedirmos e sem quererem nada em troca hahahaaa... e outros só nos usam. No início do mês eles fogem depois de eu prestar os serviços e nós subentendemos que seja pela falta de salário, mas no fim do mês eles fazem por mona [maldade] mesmo, simplesmente negam de pagar, tanto é que depois de me comer sai e vai pagar bebida (Entrevistada “G”, 29 anos, trabalhadora de sexo).

A violência física actua como mecanismo de coerção e dominação, permitindo com que o cliente se beneficie do serviço sem cumprir a sua obrigação de pagamento, o que se conecta a ideia da dominação em Bourdieu (2002), onde o corpo da mulher é tratado como objecto de uso, e não merece remuneração. Tal como atesta o discurso abaixo:

Quando discutimos o pagamento e ele não quer pagar recorre a violência, infelizmente até fui parar no hospital. Ele me bateu que acabei perdendo a consciência, fiquei inchada (Entrevistada “O”, 42 anos, trabalhadora de sexo).

As trabalhadoras de sexo enfrentam preconceitos e estigma por fazerem o seu trabalho, uma vez que a sociedade não considera o trabalho sexual como trabalho, e a opinião dominante é que este não tem valor e que não confere dignidade às mulheres e aos grupos que o praticam (nswp, s/d).

Muitos clientes do sexo masculino sentem-se superiores às profissionais de sexo, acreditando que podem impor suas regras ou desrespeitar acordos, essa atitude está enraizada em estruturas de dominação masculina, como descritas por Bourdieu (2002), onde o corpo feminino é visto como objecto de uso e não como sujeito de direitos, conforme ilustra o depoimento a seguir:

Outros não pagam simplesmente porque não querem, dizem que são machos e eu não tenho onde ir meter queixa. Dizem mesmo na cara que não presto, batem, até cospem nas nossas caras, nos chamam de nomes, fazem tudo e mais alguma coisa. Comportamentos desnecessários para quem teve a prerrogativa de discutir o contrato antes que eu fazer o programa. São maldosos (Entrevistada “P”, 30 anos, trabalhadora de sexo)

A falta do apoio legal dá espaço a uma vulnerabilidade jurídica, criando um ambiente onde os direitos das trabalhadoras do sexo não são reconhecidos tampouco protegidos, facilitando abusos e impunidade dos inadimplentes, conforme as trabalhadoras denunciam:

Outros não pagam simplesmente porque... não tenho onde ir meter queixa (Entrevistada “E”, 39 anos, trabalhadora de sexo).

A não satisfação do cliente na prostituição pode ser um dos factores que contribuem para a ocorrência do inadimplemento, alguns clientes acreditam que o pagamento só é “merecido” se o serviço suprir às suas expectativas. O jornal Ikweli (2024) afirma que alguns clientes que pagam

antes do acto chegam a pedir a devolução do valor, alegando não ter gostado do serviço prestado, conforme se pode notar nas palavras da trabalhadora de sexo:

...por vezes depois de acontecer tudo eles arrancam-nos o dinheiro e vão embora, dizem não estar satisfeitos é por isso que querem o valor de volta (Entrevistada “E”, 39 anos, trabalhadora de sexo).

O inadimplemento dos serviços por parte das trabalhadoras de sexo também constitui um elemento que leva a ocorrência do inadimplemento económico por parte dos clientes na medida em que as trabalhadoras não cumprem com o acordo previamente discutido.

Mas por vezes eles têm razão, lembro-me de um dia em que eu já estava cansada, era o meu quinto cliente num espaço temporal de 2 horas, chegou e disse que para além do sexo padrão queria também o sexo anal, evidentemente que tive que aumentar o preço. Chegado lá, prestei serviços padrão e quando ele exigiu a outra parte, devido ao cansaço e a dor recusei-me, então ele saiu e não pagou, sob a alegação de que o sexo anal era mais importante que o padrão por isso sequer merecia metade do valor, mtxiuu...pffff (Entrevistada “T”, 35 anos, trabalhadora de sexo).

De acordo com Rizzardo (2015) citado por Gering, Pinto & Vieira (2021), as obrigações estabelecidas nos contratos devem ser cumpridas no modo, tempo e termos devidos; a falta do cumprimento leva ao rompimento da harmonia e desequilíbrio social e económico.

Num contexto paralelo ao inadimplemento, dentro da realidade da dominação masculina, alguns homens buscam aventuras com trabalhadoras de sexo, usando-as da maneira que os apetece. Estes confundem o acto de pagar com o direito de controlar ou desrespeitar, uma vez que aparentemente o dinheiro lhes dá o poder absoluto sobre o corpo da trabalhadora, conforme alude o seguinte depoimento:

Estes já que sabem que têm que pagar, nos fazem tudo. Sequer têm cuidado, tampouco preocupam-se com as preliminares. Mesmo quando queixas de alguma dor, eles não se preocupam, pelo contrário, ficam mais animados, coisas que com

certeza não fazem com as suas esposas em casa (Entrevistada “Q”, 27 anos, trabalhadora de sexo).

Oliveira (2024) advoga que, uma vez compreendido que o sexo é um importante instrumento de lucro e, havendo demandas por serviços sexuais, pessoas acabam sendo tratadas como mercadorias, e, a objectificação dos seus corpos constrói uma cultura de que os profissionais de sexo sejam descartáveis, utilizados como forma de satisfação de prazeres.

O inadimplemento económico por parte dos clientes na prostituição em Magoanine “B” é um reflexo de um sistema social e urbano que marginaliza essas mulheres, a informalidade da actividade, combinada com a ausência da protecção legal e o contexto da pobreza, cria um ambiente onde o não pagamento se torna recorrente e impune.

4.4 Mecanismos adoptados pelas trabalhadoras de sexo face ao inadimplemento económico perpetrado pelos clientes

Serão apresentados nesta sessão, os mecanismos adoptados pelas trabalhadoras de sexo para fazer face ao inadimplemento económico perpetrado pelos clientes do Bairro de Magoanine “B”. As trabalhadoras de sexo têm desenvolvido um conjunto de práticas que ajudam na redução desses problemas, como a implementação do sistema pagamento pré-pago, quando possível relacionam-se com clientes fixos, a solidariedade entre as mesmas e por fim a escolha de clientes.

4.4.1 Pagamento Pré-pago

As trabalhadoras de sexo têm adoptado sistema de pagamento pré-pago como forma de garantir segurança financeira, autonomia e protecção contra inadimplemento por parte dos clientes. Esse modelo funciona de maneira semelhante a outros serviços onde o pagamento é feito antecipadamente, onde o cliente realiza o pagamento antes da prestação do serviço, o que evita cancelamentos ou recusas de pagamento após o atendimento, conforme atesta o seguinte depoimento:

Aqui é pré-pago. Principalmente quando não lhe conheço, não aceito trabalhar antes de me dar dinheiro, esses são malandros não lhes confio (Entrevistada “A”, 26 anos, trabalhadora de sexo).

Por precaução, algumas profissionais de sexo, visando a sua segurança, optam por deixar o pagamento com uma colega antes do atendimento prevenindo possíveis tentativas de recuperação indevida por parte do cliente após a prestação do serviço:

Eu lhe digo para me dar antes. Quando duvido da pessoa lhe digo para deixar o dinheiro com minha colega porque por vezes depois de acontecer tudo eles nos arrancam o dinheiro e vão embora, dizem não estar satisfeitos é por isso que querem o valor de volta (Entrevistada “F”, 43 anos, trabalhadora de sexo).

O pagamento antecipado, neste contexto, pode ser interpretado como uma ruptura com a lógica simbólica da dominação masculina, ou seja a inversão da lógica da disponibilidade feminina. Ao exigir o pagamento antes do serviço, a profissional recusa o papel de “corpo disponível” em dominação masculina de Bourdieu (2002), que só será validado após o uso. Ela afirma o valor antes do consumo, o que desafia a lógica patriarcal de que o corpo feminino está sempre à disposição do desejo masculino.

O pré-pagamento é um gesto que reivindica autoridade sobre o próprio corpo e trabalho, deslocando o poder de decisão do cliente para a profissional, ou seja, tradicionalmente o cliente detêm o poder de pagar ou não, entretanto, o pré-pagamento reconfigura essa relação, exigindo confiança e compromisso prévios, algo que historicamente foi negado às mulheres em posições de vulnerabilidade.

Essa prática revela uma tensão entre submissão e resistência, onde a mulher negocia sua posição dentro de um campo dominado por lógicas masculinas, tentando garantir sua autonomia económica e segurança.

4.4.2 Clientes fixos

A fidelização de clientes fixos é uma estratégia relevante adoptada pelas trabalhadoras de sexo como mecanismo de prevenção ao inadimplemento económico, ou seja, para evitar prejuízos causados por clientes que não pagam, ou tentam reaver o valor de forma negativa após o serviço. Entretanto a rotatividade dos clientes é alta, especialmente em contextos urbanos e de rua como é o caso do Bairro de Magoanine “B”, onde nem sempre é possível trabalhar exclusivamente com clientes fixos, havendo assim a necessidade de se relacionar com quem estiver disponível.

É mais fácil quando é cliente de longa data, mas infelizmente não posso me restringir a eles, até porque eles não vêm aqui todos os dias, entretanto meus filhos precisam de pão todos os dias, logo, de qualquer jeito tenho que me relacionar com qualquer um para poder regressar com algum dinheiro para casa, não há como (Entrevistada “R”, 35 anos, trabalhadora de sexo).

Para além de prevenir o inadimplemento, as trabalhadoras de sexo reconhecem que manter relações com clientes regulares pode diminuir o risco de ter infecções sexualmente transmissíveis, conforme alude o depoimento a seguir:

Ter clientes fixos ajuda muito, porque já nos conhecemos e geralmente é mais fácil assim. Não só por questões de dinheiro mas de saúde mesmo, quero dizer, as chances de ter várias doenças é menor quando se relaciona só com clientes fixos. Mas, infelizmente eles não estão aqui todos os dias então acabamo-nos relacionando com quem aparece só para garantir o pão (Entrevistada “C”, 37 anos, trabalhadora de sexo).

Este mecanismo pode ser interpretado à luz da dominação masculina como sendo uma estratégia de resistência dentro de um campo marcado por assimetrias de poder entre os géneros, o que permite com que a profissional de sexo estabeleça relações estáveis, negociar limites e reduzir riscos. Embora não elimine a dominação, esse mecanismo pode ser visto como tática, uma forma de minimizar os efeitos da violência simbólica e económica que caracterizam o campo da prostituição.

4.4.3 Solidariedade entre as trabalhadoras

As trabalhadoras de sexo frequentemente recorrem à solidariedade colectiva para enfrentar o inadimplemento económico dos clientes, criando redes de apoio mútuo e estratégias de protecção. Em contextos como o de Magoanine “B”, onde o trabalho sexual é marginalizado e carece de protecção legal robusta, a solidariedade entre as trabalhadoras do sexo torna-se uma ferramenta essencial para lidar com abusos económicos, como o não pagamento de serviços prestados.

... quando duvido da pessoa lhe digo para deixar o dinheiro com minha colega porque por vezes depois de acontecer tudo eles nos arrancam o dinheiro e vão embora... (Entrevistada “F”, 43 anos, trabalhadora de sexo).

Aqui ajudamo-nos entre nós, esses azulinhos [Polícia civil - PRM] não fazem nada, se eles são nkenhuas [cão rafeiro - medrosos] tem medo, não batem nem nada... agora, minha tropa garante, não deixa barato, batemos, levamos carteira e lhe rambamos [assaltamos], nos dividimos todo o dinheiro que tiver na carteira ntsem (Entrevistada “S”, 33 anos, trabalhadora de sexo).

Com os depoimentos prestados pelas trabalhadoras é possível perceber que o inadimplimento nem sempre é tratado da mesma forma, é visível que há um tratamento especial e de tolerância quando o inadimplente é um cliente fixo e tratamento mais radical quando o inadimplente é cliente desconhecido.

Somos unidas, se for um estranho desconhecido lhe lhenguelamos [atacamos] e lhe batemos bem, eu e minha team [grupo] somos moluenes. Falta de respeito não toleramos, agora quando é nosso freguês sabemos que qualquer dia há de nos pagar, pode ser em dinheiro ou bebidas, são nossos brohs [amigos] que por vezes nos ajudam quando estamos em perigo (Entrevistada “M”, 27 anos, trabalhadora de sexo).

Outrora, a troca de informação sobre clientes inadimplentes é uma forma de reverter a assimetria do poder, o cliente deixa de ser o único detentor de controle e passa a ser avaliado, monitorado e, em certos casos, excluído da rede, tal como atesta o dado abaixo:

Aqui nos contamos tudo sobre os clientes, quando um cliente não paga ou não paga bem costumamos compartilhar essa informação para ninguém se meter mais com ele (Entrevistada “L”, 44 anos, trabalhadora de sexo).

Esta solidariedade pode ser entendida como forma de resistência colectiva dentro de um campo social marcado por desigualdades estruturais de género. Ao se unirem, as trabalhadoras de sexo criam uma rede que rompe com o isolamento e a fragmentação que favorecem a dominação,

permitindo com que elas reinterpretem sua posição no campo, não como vítimas passiva, mas como agentes com capacidade de acção.

4.4.4 Selecção de clientes

A selecção de clientes por parte das trabalhadoras de sexo, especialmente em contextos onde o inadimplemento é uma ameaça constante, envolve uma série de estratégias práticas, intuitivas e colectivas. Essas estratégias são moldadas pela experiência, pela solidariedade entre colegas e pela necessidade de autoprotecção em um ambiente muitas vezes informal e desprotegido legalmente.

...Há outro truque que costumamos usar, nós por vezes escolhemos clientes quando podemos. Há clientes que dá para sentir o cheiro de confusão logo de longe, pessoas confusas, que logo no início da discussão dos valores começa a chiar e reclamar aos berros (Entrevistada “T”, 30 anos, trabalhadora de sexo).

É verdade que tenho que regressar para casa com dinheiro, mas por vezes tenho que abrir mão de certos clientes, há vezes que aparecem pessoas drogadas, mas completamente drogadas mesmo e não estou a falar de bebidas alcoólicas mas sim de suruma [cannabis] e outros pós, com comportamentos abusivos. Chegam e apertam o braço, falam bem perto do rosto e por vezes até nos beijam a força, isso ainda na negociação do valor... (Entrevistada “J”, 23 anos, trabalhadora de sexo).

Esse mecanismo de selecção pode ser tido como forma de resistência à dominação masculina no momento em que a trabalhadora se sexo reivindica e desafia a ideia de que o homem tem direito automático ao corpo feminino mediante pagamento. Refuta a ideia de que o capital económico do cliente costuma ditar as regras, esta selecção redistribui o poder simbólico permitindo que a mulher defina os termos da interacção.

Ao recusar certos clientes, a trabalhadora nega a legitimação simbólica da dominação masculina, impondo seus próprios critérios de valor e respeito e, não menos importante a prática de seleccionar clientes rompe com o habitus tradicional que associa a mulher à passividade e à submissão, especialmente em contextos sexuais.

4.5. Implementação do Plano de Intervenção

Nesta secção são apresentadas as acções levadas a cabo pela pesquisadora juntamente com as trabalhadoras de sexo e demais intervenientes, com objectivo de reduzir a vulnerabilidade e garantir o bem-estar das mesmas. Nesta senda, foram desenvolvidas três actividades, nomeadamente: apresentação do projecto na estrutura do bairro, práticas socioeducativas, organização e a cooperação entre as trabalhadoras.

A primeira actividade do plano de intervenção social, consistiu na apresentação do projecto a estrutura do bairro. A actividade decorreu no dia 26 de Setembro de 2024 na sala de atendimento do círculo do bairro e o debate contou com a presença de quatro (4) funcionários da estrutura do bairro. Quando apresentada a pesquisa os funcionários demonstraram curiosidade e preocupação em simultâneo. Por um lado ficaram expectantes pela peculiaridade do tema e, por outro, pelo grupo alvo ser sensível, por estas não demonstrarem interesse e empatia quando se trata de entrevistas. Um dos funcionários alegou o seguinte:

Seu tema é bem ácido e interessante minha filha – estás de parabéns! Mas estou preocupada com a sua segurança, aquelas trabalhadoras hão de te aquecer, e na pior das hipóteses pode até terminar em agressões físicas, sugiro que vás com um homem para te proteger quando necessário (Funcionária do círculo, 26/09/2024).

Para além da discussão dos objectivos da pesquisa, os funcionários da estrutura do bairro forneceram informações com vista a facilitar a pesquisadora na interacção com as trabalhadoras de sexo, a necessidade de desenvolver estratégias, despir-se de juízos de valor e julgamentos.

A segunda actividade consistiu em práticas socioeducativas sobre os direitos das mulheres, técnicas de negociação e segurança. Esta teve duração de uma semana no local de actuação das trabalhadoras de sexo, contou com a presença da pesquisadora, das trabalhadoras de sexo e com a presença virtual de uma enfermeira geral para melhor explicar os procedimentos a serem levados a cabo em caso de acidente uma vez que a mesma tem uma formação superior e conhecimento na área da saúde.

O primeiro momento abordou os direitos legais e a cidadania, com objectivo de informar as trabalhadoras sobre seus direitos fundamentais, formas de protecção contra os maus tratos nas instituições sanitárias e policiais, e discriminação ao nível da própria sociedade com base nos canais disponíveis para denúncia.

No segundo momento, abordou-se técnicas de negociação, capacitando as trabalhadoras para estabelecer acordos claros com os clientes, definir preços e condições de forma assertiva, e lidar com situações de manipulação ou conflito, desenvolvendo estratégias de negociação quando se está diante de um cliente manipulador ou aproveitador, por exemplo: se o programa custa 500 meticais, numa primeira fase ela deve dizer 800 meticais ou mais para discutirem o valor até chegarem no valor real do programa, isto é 500 meticais.

A terceira fase trata-se de segurança pessoal, ensinando as trabalhadoras a identificar situações de risco, aplicar técnicas de autoprotecção como o uso de ferramentas tecnológicas tais como aplicativos de localização e formar redes de alerta entre colegas. São incentivadas a formar grupos de vigilância mútua e criar códigos de segurança compartilhado (alguns gestos corporais, emissão de alguns sons como assobio, tosses, palmas).

No que diz respeito a saúde, foram ensinadas técnicas de primeiros socorros em caso de violência física ou qualquer outro acidente, como é o caso de torniquete, cuidar dos ferimentos para não infeccionar e como evitar coágulos sanguíneos (amarrar o pedaço do pano acima da lesão e aliviar de 15 em 15 minutos, usar álcool ou sabão na lavagem da ferida, aplicação de gelo em volta da lesão por alguns minutos para reduzir o inchaço e inflamação).

Segundo Carvalho e Azevedo (2004) citados por Zucchetti (2014), os projectos socioeducativos agregam actividades complementares que conjugam educação e protecção social, firmando-se como acções que fazem da educação para o convívio em sociedade e para o exercício da cidadania uma estratégia de protecção.

A última actividade feita em um dia, com a presença da pesquisadora e do grupo alvo, que diz respeito a organização e cooperação entre as trabalhadoras de sexo como plano de intervenção para mitigar o inadimplemento económico dos clientes. Discutiu-se acerca de formação de grupos ou alianças que compartilhem vínculos de confiança, para funcionar como espaços de troca de experiências, alerta sobre clientes problemáticos e apoio mútuo em situações de risco.

Criação de redes de comunicação como grupos de whatsapp, criação de normas e regras que permitam que haja uma concorrência perfeita, ou seja, as trabalhadoras devem definir critérios mínimos para prestação de serviços como: valores, formas de pagamento, limites de tempo e condições de segurança.

É de salientar que as trabalhadoras de sexo já vinham praticando algumas destas estratégias como é o caso da criação de grupos no Whatsapp, entretanto, esta ferramenta era usada somente para informar sobre o fluxo dos clientes, uma vez que estas têm três pontos (locais) principais de actuação.

Estas actividades foram feitas com base na entrevista e participação activa do grupo-alvo no debate e no aperfeiçoamento das estratégias, visto que elas já tinham algumas estratégias para lidar com as diversas vicissitudes no ofício da sua actividade.

4.6. Papel do Assistente Social na Protecção dos Direitos das Trabalhadoras de Sexo

O Serviço Social é uma profissão de carácter sociopolítico, de natureza analítica, crítica e interventiva, inscrita na divisão social do trabalho, situada no processo de reprodução das relações sociais (Oliveira, 2024).

O assistente social desempenha um papel essencial na defesa dos direitos das trabalhadoras de sexo, mesmo diante da ausência de legislação específica, actuando como agente de transformação social em contextos marcados por estigmas, exclusão e vulnerabilidade.

A trabalhadora de sexo carece de protecção, embora presente nos discursos culturais, com significados historicamente construídos e ligados a estereótipos e valores negativos, a prostituição cumpre especialmente um papel económico na sociedade. Se a prostituição é a troca consciente de favores sexuais por dinheiro, tal forma de viver a sexualidade lhe confere a natureza de trabalho e, de certa forma, de mercadoria pois “os favores sexuais” estão à venda e este comércio só se completa porque há quem os compre (Oliveira, 2024). Conforme denunciaram as entrevistadas:

Uma coisa que não entendo é que os clientes nos chamam de tudo o que é nome, de puta à sem futuro, mas estão aqui todos os dias a nossa procura, então isso implica que o nosso trabalho é importante e tem público. É verdade que eles nos vêem como brinquedos ou objectos quaisquer, mas pagam para nos ter. Sabemos que epah, nós somos africanos e muito tradicionais, que não podemos dormir com qualquer um e tal, mas é nosso trabalho, então merecemos respeito (Entrevistada “K”, 25 anos, trabalhadora de sexo).

Embora o trabalho sexual enfrente lacunas legais e preconceitos sociais, o assistente social é comprometido com a promoção de justiça social, actuando na defesa dos direitos humanos e no acesso aos serviços públicos, identifica e denuncia situações de violências, exploração e discriminação, facilita o acesso a serviços de saúde, educação e programas sociais, garantindo que essas profissionais sejam atendidas com dignidade e respeito, fortalecendo a autonomia dessas profissionais. Conforme os depoimentos denunciam os maus tratos:

Se tivéssemos alguém para nos ajudar agradecíamos, porque aqui passamos de tudo por não ter onde meter queixa. Quando vamos a esquadra eles são os primeiros a nos rir, pior quando encontramos polícia mulher ihhhh mamanooo, dizem É BOM, porquê não ficam nas vossas casas a dormir e deixar de dormir com maridos de dono. No hospital idem, eu por exemplo, tenho SIDA, quando chego lá para levantar os comprimidos aquelas mamãnas feiticeiras de lá dizem que eu é que busco essas doenças e que estou a acabar comprimidos para quem realmente merece eh...ntlah (Entrevistada “B”, 33 anos, trabalhadora de sexo).

Ao reconhecer essas mulheres como sujeitos de direitos, o assistente social contribui para romper com discursos moralizantes e preconceituosos que historicamente marginalizam o trabalho sexual. Além disso, o assistente social actua na articulação com redes de protecção e serviços intersectoriais, buscando garantir que as trabalhadoras de sexo sejam atendidas com respeito, escuta qualificada e acolhimento.

Promove acções educativas voltadas à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, ao enfrentamento da violência de género e ao fortalecimento da autonomia e do protagonismo dessas mulheres na luta por seus direitos.

A partir do momento em que o Assistente Social, toma conhecimento das emergências, ou seja das consequências que o trabalhador vive quotidianamente no campo de trabalho, o profissional busca meios de intervenções que possam amenizar toda essa exploração dentro de políticas públicas que viabilizem e sirva de base para que as mesmas sejam colocadas em prática pelo Estado (Oliveira, 2024).

A actuação crítica e reflexiva do assistente social também se expressa na produção de conhecimento e na incidência política, contribuindo para o debate público sobre a regulamentação das práticas associadas e a construção de políticas inclusivas. Ao lado dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, o profissional de serviço social reafirma seu compromisso com a transformação das estruturas sociais que perpetuam desigualdades de género, classe e raça.

Em suma, o assistente social é um aliado estratégico na luta das trabalhadoras do sexo por reconhecimento, respeito e cidadania plena. Seu papel vai além da intervenção técnica: é ético, político e profundamente comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em casos de dominação masculina a partir a perspectiva de Pierre Bourdieu, o papel do assistente social na prostituição ganha contornos ainda mais críticos e transformadores, já que Bourdieu (2002), entende a dominação masculina como um sistema simbólico e estrutural que naturaliza a superioridade do homem sobre a mulher, perpetuando desigualdades por meio de instituições, práticas sociais e representações culturais.

O assistente social, ao actuar nesse campo, precisa reconhecer que a prostituição não é apenas uma questão de sobrevivência económica ou escolha individual, mas também um reflexo das estruturas patriarcais que moldam as possibilidades de vida das mulheres. A dominação masculina, segundo Bourdieu (2002), opera de forma eficaz fazendo com que práticas de submissão sejam internalizadas como naturais.

Assim, muitas mulheres em situação de prostituição podem vivenciar formas sutis e explícitas de violência, controle e dependência, sem necessariamente identificar essas experiências como opressivas. Neste cenário, o assistente social tem o desafio de romper com a reprodução simbólica da dominação.

Isso implica uma escuta qualificada, livre de julgamentos morais, que reconheça os condicionantes sociais e históricos da prostituição. Mais do que oferecer serviços, o profissional deve promover espaços de reflexão crítica, onde mulheres possam compreender os mecanismos de poder que atravessam suas trajetórias e fortalecer autonomia frente às imposições do sistema patriarcal.

Por fim, inspirando-se na crítica de Bourdieu, o assistente social deve assumir uma postura ética e política que questione as estruturas simbólicas que sustentam a dominação masculina, isso significa não apenas intervir nas consequências da prostituição, mas também nas causas profundas que a tornam uma realidade para tantas mulheres. Seu papel é de agente de ruptura, que transforma o sofrimento social em potência de luta e emancipação.

É de salientar que, esses profissionais têm suas limitações assim como qualquer outro, pois, na perspectiva de Moller (2012) citado por Oliveira (2024), é importante referenciar que os assistentes sociais não possuem condições de garantir os direitos humanos à população, esse é um papel do Estado. Mas muitas vezes, assistentes sociais trabalham em instituições e organizações que podem contribuir para encaminhamento, viabilizar o acesso aos direitos ou reclamá-los quando não atendidos. Podem ainda fortalecer parcelas da população e demonstrar a importância da organização política para reivindicá-los.

4.7. Propostas para a redução da vulnerabilidade das trabalhadoras de sexo

A redução da vulnerabilidade das trabalhadoras de sexo do Bairro de Magoanine “B” exige uma abordagem multidimensional que reconheça os direitos humanos, que promova a inclusão social e garanta acesso aos serviços essenciais. Tais como:

- ***Implementação de programas comunitários de sensibilização***

Estes programas de sensibilização visam combater o estigma e a discriminação, promovendo uma compreensão mais empática sobre a realidade dessas mulheres.

- ✓ Envolver associações comunitárias, igrejas e líderes para presidirem em palestras que abordem acerca do respeito mútuo, a não discriminação e o amor ao próximo;
- ✓ Organização de sessões públicas de informação em espaços públicos como mercados, escolas (para as classes cujas idades permitem abordar acerca deste problema) e centros comunitários usando linguagem acessível e respeitosa;
- ✓ Uso de rádios comunitárias, redes sociais e programas televisivos para divulgar mensagens contra o estigma e a discriminação no seu todo.

- ***Criação de espaços seguros de apoio e assistência***

A criação de espaços seguros, como centro de apoio com atendimento psicológico, jurídico e médico, pode oferecer suporte directo às trabalhadoras de sexo, fortalecendo sua autonomia e auto-estima. Paralelamente, políticas voltadas à saúde sexual e reprodutiva devem ser reforçadas, garantindo distribuição gratuita de preservativos, testagem regular de ITS e acesso ao tratamento adequado. Exemplo:

- ✓ O programa Hands Off! fez uma avaliação das necessidades das trabalhadoras de sexo, envolvendo organizações locais e serviços jurídicos;
- ✓ A Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família (AMODEFA) oferece apoio psicossocial e promove resiliência entre trabalhadoras de sexo no Maputo;

- ✓ Criação de brigadas móveis e em todas as unidades de saúde especializadas no atendimento da mulher trabalhadora de sexo;
- ✓ Criação e especialização de brigadas do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ) para assistência e defesa das trabalhadoras de sexo em caso de violação dos seus direitos;

- ***Facilitar o acesso à educação e capacitação profissional***

Oferecer alternativas de geração de renda para aquelas que desejam transitar para outras actividades económicas. A articulação com organizações da sociedade civil e instituições governamentais pode viabilizar projectos de microcrédito, formação em empreendedorismo e inserção no mercado do trabalho formal. Tais como:

- ✓ Financiamento de pequenos negócios como bancas para venda de produtos diversos;
- ✓ Formação de cursos práticos e ofícios como corte e costura, especialização em serviços de beleza e estética;
- ✓ Formação em cursos técnicos profissionais de curta duração como culinária, confeitaria, educação de infância entre outros.

- ***Capacitação e sensibilização dos agentes da lei***

“A capacitação e a sensibilização dos agentes da lei devem ser implementadas para proteger as trabalhadoras do sexo da violência e aumentar seu acesso à justiça. Muitas vezes, o comportamento para com as trabalhadoras de sexo é moldado por julgamentos morais e padrões pessoais. Para mudar as atitudes dos agentes da lei, é portanto fundamental sensibilizar e capacitá-los. Recomenda-se estender essa capacitação para outras unidades de execução de lei. Para reduzir a violência contra as trabalhadoras do sexo, também é importante que os agentes de lei sejam mais responsáveis. Para reforçar a boa conduta, os agentes de lei precisam de uma forte liderança, melhoria dos salários e estabelecimento de balizas (normas/ regulamentos padronizados, (Hands Off, 2016).”

De salientar que é essencial envolver as próprias trabalhadoras de sexo na elaboração dessas propostas, respeitando suas vozes e experiências. A participação activa delas contribui para

soluções mais eficientes e sustentáveis, promovendo uma transformação real nas condições de vida e trabalho no Bairro de Magoanine “B”.

É importante salientar que esta pesquisa não promove ou legitima a prostituição, mas reconhece a realidade vivida por muitas mulheres (trabalhadoras) e homens (clientes) de Magoanine “B”. A intervenção e as propostas aqui trazidas buscam reduzir danos, proteger direitos e promover alternativas dignas, respeitando os princípios de saúde pública, justiça social e inclusão.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou compreender os mecanismos adoptados pelas trabalhadoras de sexo face ao inadimplemento económico perpetrado pelos clientes no Bairro de Magoanine “B”, num espaço temporal que compreende entre os anos 2021 e 2024.

A mulher desde os tempos remotos é discriminada devido à sua fragilidade e é conotada como sendo um ser desprovido de aptidões e habilidades de liderança e governança, restando-lhe exclusivamente o papel doméstico de protectora e cuidadora do lar. À sua semelhança, a prostituição é também desde a antiguidade uma área estigmatizada, conotada e discriminada por ser uma prática que entra em choque com as expectativas e normas sociais.

Assim sendo, a mulher que pratica a prostituição é vista como sendo pessoa mundana, não merecedora de respeito, tampouco de direitos. Desta feita, o inadimplemento económico na prostituição é um fenómeno naturalizado e invisibilizados pela sociedade.

Os objectivos previamente traçados foram alcançados, na medida em que foram identificados os perfis sócio-demográfico das trabalhadoras, foi demonstrado o trabalho de sexo no local do estudo, foram interpretados os mecanismos adoptados pelas trabalhadoras de sexo e por fim, discutimos o papel do assistente social na protecção dos direitos das trabalhadoras de sexo.

A confirmação da hipótese foi parcial, pois, foi evidenciado que as trabalhadoras adoptam o sistema pré-pago entretanto, devido à tipologia da prostituição (de rua) nem sempre elas têm a prerrogativa de se relacionar somente com os clientes fixos.

Por um lado, devido à falta da regulamentação desta actividade as trabalhadoras de sexo não têm mecanismos legais eficazes para cobrar dívidas e denunciar abusos, por outro lado, a informalização de acordos e responsabilização dos clientes contribuem para a ocorrência do inadimplemento e precarização da actividade.

As trabalhadoras de sexo do bairro de Magoanine ”B”, diante do risco de inadimplemento económico perpetrado pelos clientes, recorrem à mecanismos de prevenção, negociação e controlo social que vão desde o pagamento pré-pago, à preferência pelos clientes fixos, à solidariedade entre as trabalhadoras e à selecção de clientes. Estes mecanismos mostram como as

trabalhadoras de sexo constroem estratégias criativas e colectivas para enfrentar a vulnerabilidade económica e a falta de protecção legal.

No entanto, essas estratégias são formas de resistência e sobrevivência em contextos de vulnerabilidade, mas não substituem a protecção legal, sendo esta a sua principal limitação estrutural: *a ausência de reconhecimento formal do trabalho sexual, o que impede que as trabalhadoras de sexo tenham acesso à mecanismos jurídicos de cobrança, segurança e justiça.* Por isso que constatamos que tais estratégias, embora eficazes em determinados contextos, não eliminam a vulnerabilidade económica e social enfrentada pelas trabalhadoras de sexo

Portanto, ainda que existam limitações, espera-se que a pesquisa tenha contribuído na compreensão dos mecanismos adoptados pelas trabalhadoras de sexo para fazer face ao inadimplemento económico no mundo da prostituição, que vão desde estratégias preventivas até à formas de cobrança directa ou apoio colectivo, demonstrando não apenas a resiliência, mas também criatividade diante de um sistema frequentemente marginalizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ✓ Abal, F., & Schroeder, P., (2017). *Prostituição, estigma e marginalização: O reconhecimento do vínculo de emprego das profissionais do sexo*. V.18. Joaçaba.
- ✓ Abadre, F., (2023). *O papel do Assistente Social na Intervenção Contra a Prática da Mendicidade na Cidade de Maputo: estudo de caso do mercado grossista do Zimpeto (2019 - 2022)*. Dissertação de Licenciatura. Maputo: UEM.
- ✓ Alves, A. & Martelli, C., (2011). *Percursos de vida: A prostituição no Porto da década de 60/70*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto.
- ✓ Andrade, M. de, (2002). *Mulheres prostituídas*. São Paulo: Videtur – Letras.
- ✓ Andrade, I., (2011). *Prostituição e exploração: comercialização de sexo jovem*.
- ✓ Aquino et al (2008). *Perfil sócio-demográfico e comportamento sexual*.
- ✓ Arboit, J., et al, (2014). *Situações de vulnerabilidade à violência de mulheres profissionais de sexo: interfaces no campo de saúde*. V.8. Recife: UFPE – Online.
- ✓ Araújo, L. de; Bandeira, M; & Silva, T., (2015). *Prostituição de luxo: Género, trabalho e sociabilidade na Cidade de Belém* – Revista Pegada. Vol. 16.
- ✓ Azarate, F., (2024). *Gestão Sustentável das Áreas Inundáveis com Ocupação Desordenada: O caso de Magoanine “B”*. Dissertação de Mestrado. Maputo: UEM.
- ✓ Bardin, L., (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- ✓ Barreto, L, (2008). *Prostituição, género e sexualidade: hierarquias sociais e enfrentamento no contexto de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte.
- ✓ Betti, M., (2011). *Pierre Bourdieu e a dominação masculina*. Universidades de São Paulo.
- ✓ Bernstein, E., (1999). *What`s wrong with prostitution. What`s right with sex work: comparing markets in female labor*. Vol. 10. San Francisco: Hastings Womens.
- ✓ Birman, J., (1997). *Se eu te amo, cuide-se. Sobre a feminilidade, a mulher e o erotismo nos anos 80*. In: BERLINK, M. T. (org). *Histeria*. São Paulo: Escuta.
- ✓ Borba, A. & Mata-Lima, H., (2011). *Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na união europeia*.
- ✓ Bourdieu, P., (2002). *A dominação masculina*. 2 Edição. Maria Kühner (trad). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- ✓ Brito, M., (S/d). *Prostituição no Brasil e Inclusão Social: Uma análise do projecto Lei nº 98, de 2003, sob o aspecto constitucional.*
- ✓ Bussolo & Barbosa (S/d). *Um olhar sobre a prostituição.*
- ✓ Capaina, T., (2023). *A prostituição, sociabilidade, estratégias de sobrevivências: uma resposta aos efeitos da globalização na capital moçambicana.* Vol. 3. São Francisco do Conde (BA): Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.
- ✓ Casemiro, I., (2011). *Emponderamento da Mulher, Movimento Associativo e Acesso a Fundos de Desenvolvimento Local.* Maputo: Centro dos Estudos Africanos – Universidade Eduardo Mondlane.
- ✓ CIP. (2023). *Finanças públicas: Impacto económico do atraso do pagamento de salários na função pública*, ed. 10. Estrela Charles.
- ✓ Come, V., (S/d). *As relações de género na economia informal em Moçambique – estudo de caso: “Mercado Novo” da Cidade da Maxixe – 2020 a 2023.*
- ✓ COM (2003). *Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de acção nacionais para a inclusão social Bruxelas.*
- ✓ Corrêa, B., (2020). *Trabalhadores de sexo: os direitos trabalhistas decorrentes da sua actividade profissional sob a óptica da regulamentação da profissão.*
- ✓ Costa, M., Dias, D. & Souza, M., (S/d). *O papel do Assistente Social: trabalho e praxis social.*
- ✓ Cunha, T., (2021). *Prostituição e pobreza-exploração que leva um trabalho nada fácil.*
- ✓ Elias, A., et al (2018). *Vulnerabilidades e marginalização no mundo do trabalho da prostituição.* Uberlândia MG: Caderno Espaço Feminino.
- ✓ Fourier, C., (1996). *Theory of the four movements.* Cambridge University Press.
- ✓ Gaspar, M., (1984). *Garotas de programa. Prostituição em Copacabana e identidade social.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.
- ✓ Gatti, G., (2023). *A violência Económica e Patrimonial como Violência de Género: Rumo à construção de estratégias para reforçar o acesso aos direitos.* Secretaria-geral Iberoamericana.
- ✓ Gil, A., (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.* Editora Atlas S.A. 6ª Edição. São Paulo.

- ✓ Godoy, A., (1995). *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*. Vol. 35. São Paulo: RAE.
- ✓ Gonçalves, T., & Lamas, T., (2021). *Do contrato sexual ao reconhecimento: repensando a prostituição por um olhar teórico – crítico* V.28. São Paulo: Plural.
- ✓ Gonçalves, E., (2001). *Iniciação à pesquisa científica*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- ✓ Guimarães, C., (S/d). *Prostituição no Brasil e no direito comparado: Nulidade de contrato de prestação de serviços sexuais e o retorno das partes ao status quo ante*.
- ✓ Holanda, A. de, (1986). *Novo Dicionário*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ✓ Hands Off (2016). *Trabalho de sexo e violência em Moçambique: Relatório de avaliação de necessidades*.
- ✓ Hirata, H., et al. (2009). *Dicionário crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp.
- ✓ Hunter, B., (2000). *Social exclusion, social, capital, and indigenous australians: measuring the social costs of unemployment, centre of Aboriginal Economic Policy Research. Discussion Paper*.
- ✓ Jornal Ikweli (Fevereiro 8, 2024). *Nampula: Trabalhadoras de sexo denunciam que seus clientes se tornaram violentos*.
- ✓ Kowarick, L., (2003). *Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil – Estados Unidos, França e Brasil, Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 18. São Paulo.
- ✓ Lavelle, C., & Dionne, J., (1999). *A construção do saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em ciências humanas*. Porto alegre: Editora Artmed.
- ✓ Larrouse, (2004). *Grande Enciclopédia Larrouse Cultural*, Vol.7. São Paulo: Nova Cultural.
- ✓ Lazdan, A., et al, (S/d). *A Dominação Masculina de Pierre Bourdieu: Críticas e Reflexões a partir da Psicologia Analítica*.
- ✓ Lima, J., (2023). *A propriedade intelectual e suas cláusulas contratuais: uma questão de proteção*. Curitiba.
- ✓ Lopes, J., (2006). *“Exclusão social” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade*.
- ✓ Maguese, H., (2020). *Prostituição na Baixa da Cidade de Maputo e arredores tanto de dia como de noite: uma análise comparativa da sua prática*. Monografia de Licenciatura: Universidade Eduardo Mondlane.

- ✓ Moçambique. (2023). Lei nº 13/2023, de 25 de Agosto: Lei do trabalho. Assembleia da República.
- ✓ Muçoucah, R., (2013). *Trabalhadores de sexo e seu exercício profissional: um enfoque pelo prisma da ciência jurídica trabalhista*. Tese para doutorado: USP.
- ✓ Mujovo, G., (2011). *A Pobreza e as Mudanças no Ciclo da Vida Familiar: Uma Estrutura para a Terapia Familiar*. Vol. 2. Maputo.
- ✓ Moller, A., (2012). *O papel do Serviço Social na garantia dos direitos humanos*.
- ✓ Mosca, J., (2010). *Pobreza, economia “informal”, formalidades e desenvolvimento*. In: *Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique*. In: Brito, L. de, Castel – Branco, C., Chichava, S., Francisco, A. (Orgs). *Desafios para Moçambique (2010)*. Maputo: IESE.
- ✓ Muiana, B., (2009). *Risco e Saúde no Contexto de VIH/SIDA: O caso da prostituição na Baixa da Cidade de Maputo*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- ✓ Musumali, B., (2019). *An analysis why customers are so important and how, marketers go about understanding the customer decision-making process and the various individual an sociocultural influences on decision-making process*. Vol. 23. BMRJ.
- ✓ Nonato, O., (1960). *Curso de obrigações*. Vol I e II. Rio de Janeiro: Forense.
- ✓ Noronha, I. de, Elias, A., & Junqueira, M. de, (2019). *Contextos de vulnerabilidades à violência configurados no campo de trabalho de mulheres profissionais do sexo*. Brasil: Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde – Remecs.
- ✓ Nswp (S/d). *Como a Legislação do Trabalho Sexual São Implementadas e seu Impacto Sobre as Trabalhadoras do Sexo. Estudo de Caso: Moçambique*.
- ✓ Oliveira, C. de, (2024). *Direitos dos (as) profissionais do sexo no mundo do trabalho: Olhares do serviço Social*. Foz do Iguaçu: Instituto Latino – Americano de Economia, Sociedade e Política.
- ✓ Oliveira, M., (2011). *Metodologia científica: Um manual para a realização de pesquisas em administração*. Catalão: UFG.
- ✓ Pateman, C., (2020). *Contrato Sexual*. São Paulo: Paz e Terra.
- ✓ Pinsky, C., & Pedro, J. (org). (2012) *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.

- ✓ Rago, M., (2008). *Os prazeres da noite*. São Paulo: Paz e Terra.
- ✓ Roberts, N., (1996). *A prostituição através dos tempos na sociedade ocidental*. Lisboa: Editorial Presença.
- ✓ Rudio, F., (1980). *Introdução de pesquisa científica*. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes.
- ✓ Russo, G., (2007). *No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos*. Vol.20. Salvador: Cad CRH.
- ✓ Santos, B., et al (S/d). *Mulheres no mercado de trabalho: Uma perspectiva teórica e histórica*.
- ✓ Sarlet, I., (2013). *As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico – constitucional necessária e possível*. In: Maurer, B., et al, (2013). *Dimensões da dignidade: ensaios de filosofia do direito e direito constitucional*. Org. Sarlet, I, (2013), 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- ✓ Silva, D. da, (2022). *A prostituição e a dignidade da pessoa humana na ordem jurídica Angolana*. Universidade Katyavala Mbwila.
- ✓ Silva, E.; Costa, D.; & Nascimento, J. (2010). *O trabalho das profissionais do sexo em diferentes lócus da prostituição da cidade*. Vol. 12. São Paulo.
- ✓ Silva, M., (S/d). *Quem realmente é o cliente*.
- ✓ Sílvia, G.; Pinto, N., & Vieira, K., (2021). *Causas e consequências da inadimplência: uma análise sob diferentes dimensões*. Vol. 11. UFRR.
- ✓ Schotten, P. et al (S/d). *Mulheres no mercado de trabalho: em perspectiva teórica e histórica*.
- ✓ Souza, R., (2005). *O cotidiano da mulher na pré-história*.
- ✓ Tavares, C., (2018). *Trabalhadoras de sexo e dignidade humana: desafios para o direito do trabalho*. Trabalho para conclusão do curso bacharel. Brasil: Universidade Federal.
- ✓ Tavares, L., (2022). *Inadimplemento das obrigações: conceito, modalidades e efeitos*.
- ✓ Tsemba, H., (2023). *Do feminicídio, HIV e estigma social em Moçambique*. Jornal O País.
- ✓ UNAIDS (2012). *Guidance Note of HIV and sex work*.
- ✓ Vieira, P., (2016). *Entre Santas e Putas: Reflexões sobre a prostituição de mulheres*.
- ✓ Westphal, D., & Barbosa, C., (2012). *Trabalhadoras Invisíveis: A Situação dos Profissionais de Sexo no Brasil*. V.12. Revista Jurídica Cesumar.

- ✓ Zalar, A., & Abranches (1994). *Um olhar geográfico sobre a violência urbana*.
- ✓ Zucchetti, D., (2014). *Práticas Socioeducativas: Questões que emergem de experiências de educadores*. Vol. 1. Novo Hamburgo: Prâksis.

APÊNDICES



GUIÃO DE ENTREVISTA

Saudações. Sou Keith Cumbe, estudante do curso de Licenciatura em Serviço Social, na UEM. Estou a realizar uma pesquisa no âmbito do trabalho de conclusão do curso, com o seguinte tema: *Mecanismos adoptados pelas trabalhadoras de sexo na Cidade de Maputo face ao inadimplemento económico perpetrado pelos clientes: estudo de caso de Bairro de Magoanine “B” (2021-2024).*

Neste momento, encontro-me a recolher dados neste Bairro. A participação na pesquisa não é obrigatória, mas peço imensamente a vossa colaboração no fornecimento de dados, pois é fundamental para a concretização dos objectivos do presente estudo. Ademais, os dados disponibilizados servirão apenas para fins académicos.

Desde já agradeço a vossa atenção.

I. Perfil Sócio-demográfico dos Entrevistados

1. Idade _____ 2. Estado Civil _____ 3. Nível de Escolaridade _____
4. Profissão _____ 5. Origem Geográfica _____ 6. Tempo de Actuação _____

II. Contextualização da Actividade

1. Como começou a trabalhar no ramo da prostituição?
2. Quais são os principais motivos que a levaram para entrar na prostituição?
3. Onde é que presta os serviços? Nas ruas? Nos bares? Nos carros? Nas Pensões?

III. Inadimplemento Económico no Bairro de Magoanine “B”

1. Já teve experiências em que o cliente não pagou pelo serviço prestado?
2. Com que frequência isso acontece?
3. Em que circunstâncias costuma ocorrer o inadimplemento? Por recusa? Por fuga?
4. Já enfrentou situações de violência ao tentar cobrar o pagamento?
5. O que fazem quando o cliente não paga?

IV. Mecanismos de Prevenção Adoptados Pelas Trabalhadoras de Sexo

1. Que estratégias utiliza para garantir o pagamento do serviço?
2. Costuma negociar o valor antes ou depois da prestação de serviços?
3. Tem apoio de segurança ou da polícia para evitar o inadimplemento?
4. Há redes de solidariedade entre trabalhadoras para lidar com esses casos?
5. Que tipo de apoio gostaria de receber para melhorar as condições de trabalho e reduzir a vulnerabilidade na sua área de actuação?
6. Já pensou em abandonar a actividade por causa desses riscos?
7. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

NB: Em caso de dúvidas, sugestões ou interesse em aprofundar os temas abordados nesta monografia, estou disponível pelos seguintes contactos: (+258) 875423870 / 834145152 e E-mail: Keithcumbe@gmail.com

Muito obrigada!

CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu _____, aceito de livre vontade participar na presente pesquisa cujo tema é “*Mecanismos adoptados pelas trabalhadoras de sexo na Cidade de Maputo face ao inadimplemento económico perpetrado pelos clientes: estudo de caso de Bairro de Magoanine “B” (2021-2024)*”. Foi-me apresentado que esta, tem como propósito a culminação do fim do curso, e os dados serão incorporados na monografia para defesa final no Curso de Licenciatura em Serviço Social na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM, desta feita, estou ciente de que as respostas por mim prestadas serão divulgadas e com vista a preservar a minha identidade o meu nome não será exposto, autorizo a gravação da entrevista constando que após a sua utilização a mesma será eliminada e não servirá para outros fins fora a pesquisa. De acordo com os esclarecimentos prestados, a minha confirmação na pesquisa se dá através da assinatura desse documento.

Entrevistada

Entrevistadora

Maputo, aos ____ de _____ de 2024

PLANO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Nº	Actividades / Acções	Objectivo	Intervenientes	Local e prazos	Obs
1	Apresentação do projecto a estrutura do bairro.	Ter a validação do trabalho, apresentar os objectivos e importância da pesquisa.	A pesquisadora, e os colaboradores do círculo do bairro de Magoanine "B".	No círculo do bairro, em um dia.	
2	Práticas socioeducativas.	Capacitar as trabalhadoras em direito, negociação e segurança.	A pesquisadora, o grupo-alvo e Enfermeira Geral.	Esta actividade teve duração de uma semana, no local de actuação do grupo-alvo.	
3	Organização e cooperação entre as trabalhadoras.	Desenvolver estratégias e normas que regulamentem a actividade, garantindo a sua segurança.	A pesquisadora e o grupo-alvo.	A actividade foi feita em um dia, no local de actuação do grupo-alvo.	

ANEXOS